

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de maio de 2022. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 15 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leo Prates, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária com o objetivo de apreciar a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 24.488/2022, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), que reajusta os vencimentos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções gratificadas, proventos e pensões do TCE-BA.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo 12 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, ocupo este tempo partidário do Partido Socialismo e Liberdade e seus irmãos (PCB e Unidade Popular), primeiro, para considerar a situação do município de Salvador em relação à questão educacional. Não apenas de Salvador, mas também do município de Eunápolis, Ruy Barbosa e tantos outros que estão vendo a lei nacional do piso, simplesmente, ser rasgada, a lei nacional do piso que foi aprovada num sentido: o de que a sociedade brasileira tomou a posição de que a educação deveria ser, de fato, prioridade. Hoje ela está sendo rasgada por diversos municípios e tendo um péssimo exemplo na cidade de Salvador, como eu disse, em Eunápolis, onde os trabalhadores da educação estão em greve, e em Ruy Barbosa também.

Na cidade de Salvador, a situação é realmente dramática. Hoje já se tem um acúmulo, do ponto de vista da educação – aliás, do serviço público em geral, mas na educação não é diferente, mesmo se tendo um piso nacional a ser respeitado –, de mais de 50% de defasagem salarial. Tudo isso num quadro em que as escolas oferecem péssimas condições de trabalho, uma situação de desrespeito às nossas crianças, nossos adolescentes, adultos e às suas famílias.

Então, Sr. Presidente, nós queríamos aqui, primeiro, nos solidarizar com o conjunto de movimentos em defesa da educação, em defesa do piso nacional, que estão acontecendo Bahia afora, especialmente em relação a esses três municípios. O prefeito Bruno Reis precisa sentar-se para negociar com a educação, mas não só com a educação.

Hoje, pela manhã, nós tivemos uma manifestação enorme do conjunto dos servidores públicos, que saíram ali da frente do Shopping da Bahia, numa manifestação realmente gigantesca, mostrando a situação em que estão os servidores públicos no município de Salvador. Tinha todas as categorias, todos os segmentos representados: da área de educação, da área de saúde, especialmente os agentes comunitários de saúde e os de combate a endemias, que tiveram uma vitória nacional fundamental, conseguiram atropelar o governo de Jair Bolsonaro e garantir a aprovação do seu piso com uma emenda constitucional. Hoje está marcada na Constituição, marcada na Constituição do país, o piso nacional dos agentes de saúde e dos agentes de combate a endemias.

Parabenizar também a aprovação inicial do piso da enfermagem, mas ela precisa ainda avançar para uma consolidação. Aqui, em Salvador, o que nós percebemos é uma afronta total a qualquer direito dos servidores. Como eu disse, são mais de 50% de defasagem salarial, ao longo de 7 anos, que não encontram uma mesa de negociação respeitosa com o prefeito Bruno Reis. Foi por isso que hoje eles lotaram a região do Iguatemi, fizeram uma grande manifestação e prometem uma greve no município de Salvador que vai atingir simplesmente todos os setores.

Eu falei aqui de saúde, mas nós podemos falar de educação, o pessoal do Salvamar estava lá, os salva-vidas, estava também o pessoal da Transalvador, a guarda municipal, da Semop, enfim, todo o serviço público de Salvador numa situação de levante em função desse desrespeito protagonizado pelo prefeito da cidade.

Então, queríamos aqui finalizar o nosso discurso dizendo isso: prefeito Bruno Reis, sente-se na mesa de negociação, é preciso discutir com os servidores de maneira aberta, democrática. Abra os canais para se ter uma mesa de negociação respeitosa e digna com o conjunto dos servidores e servidoras do município de Salvador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, já que a nossa bancada não tem ninguém inscrito, eu vou querer esses 10 minutos para que possa, inclusive, utilizá-los, no regramento, em uma das discussões que fizemos com o líder da Minoria.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado líder, deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, servidores, servidoras, visitantes que estão no nosso Plenário acompanhando pelas Galerias Paulo Jackson, imprensa. Sr. Presidente, hoje nós vamos analisar quatro projetos que dizem respeito às remunerações do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas do Município, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público.

Entre esses projetos que estavam tramitando na Casa, alguns estavam apenas com o reajuste de 4%, numa similaridade ao que foi pactuado com o Poder Executivo, e outros traziam dentro deles algumas alterações. Então, com a função de dar também um equilíbrio a esses Poderes, e para que a gente pudesse construir uma discussão mais adequada sobre os pontos que excediam ao reajuste de 4%, nós fizemos um acordo com a liderança da Minoria. Também conversamos com os Poderes para que hoje nós votássemos apenas o reajuste de 4%, o que daria uma equidade com o Poder Executivo, e abríssimos uma discussão com relação aos demais pontos que estavam anexados a alguns dos projetos.

Alguns deles foram retirados, e foram apresentados novos projetos. O do Ministério Público não foi retirado, mas nós conversamos sobre ele e vamos, através de emenda de relator, adequar à realidade que nós pactuamos. Então, eu quero dizer que hoje, aqui, esses projetos estão em pauta.

Há uma solicitação muito grande de alguns municípios com relação aos decretos de calamidade. Em alguns municípios, deputados Sandro Régis, em alguns, muita chuva; em outros, muito sol. Por conta disso, nós estamos estudando para que, na próxima semana, possamos debater sobre esse tema aqui e, quem sabe, analisarmos a prorrogação desses decretos, o que obviamente adequam os municípios à sua realidade de intempéries.

Queria, neste momento, Sr. Presidente, apresentar – fiz isso pelo regramento interno da Casa – uma moção com relação a um episódio que aconteceu, de violência. Eu entendo e respeito porque há sempre um questionamento, muito, sobre a segurança pública. Mas, nesta semana, eu me deparei com uma situação muito preocupante, a forma audaciosa como algumas pessoas enfrentam a nossa estrutura de segurança pública. Lamentavelmente, vieram a óbito três policiais, deputado Prisco, que deixou a Bahia consternada com a situação. E um desses policiais, o Victor, que era filho da cidade de Ubaitaba – sua família mora na cidade de Itacaré –, veio a óbito de uma forma extremamente cruel, assassinado por pessoas na marginalidade.

Sem entrar no mérito dessa discussão, eu quero apresentar uma moção de forma regimental – que ela seja inserida na ata dos trabalhos desta Casa Legislativa –, uma moção de pesar pelo assassinato dos policiais militares Shanderson Lopes Ferreira, Alexandre José Ferreira Menezes Silva e, em especial, Victor Vieira Ferreira Cruz:

(Lê) “A dor de uma mãe jamais será suplantada, a dor da corporação sempre será perene, e quando tomba um soldado de forma tão covarde, como foram as mortes desses militares, toda a corporação sente e toda a Bahia chora em luto.

Assim como milhares de jovens, Victor nutriu o sonho de ser policial e conseguiu realizá-lo com dedicação, afincos e coragem. A sua história será lembrada e é uma imensa perda para os quadros de servidores da Bahia.

Natural de Ubaitaba, Victor Vieira foi sepultado sob comoção, carregado por colegas do local do velório até o cemitério da cidade.

Ubaitaba perdeu um grande filho, e a sua família também perde na cidade de Itacaré, mas fica a certeza de que Victor sempre soube honrar a sua terra natal.

É com imenso pesar que me dirijo à família do policial da Bahia e, em particular, à família de Victor Vieira Ferreira Cruz, para manifestar-lhe a minha solidariedade pela imensa perda que sofremos com a sua partida, a perda de um servidor que sempre foi um exemplo de amor e dedicação à profissão e ao povo da Bahia.

Dê-se conhecimento desta moção à família, à imprensa, à Prefeitura Municipal de Ubaitaba e à Polícia Militar da Bahia.”

Ainda hoje estive com o prefeito Bêda, querido amigo Sandro Régis, lá de Ubaitaba, e também sei de V. Ex.^a, apesar do pesar que há nesse fato que aconteceu recentemente. Aqui, eu quero aproveitar para dizer, deputado Robinson, que nós precisamos discutir a violência e encontrar um formato de defesa pública a partir de uma ação nacionalizada. Nós não vamos resolver o problema da violência como ilha, com os municípios isoladamente, o estado isoladamente, se não estiver à frente dessa política o governo federal. E um governo que tenha um presidente que entenda a importância de resolver essa questão de maneira a criar os mecanismos necessários para garantir a segurança pública no Brasil.

Por isso, eu venho aqui reforçar que nós precisamos trabalhar no sentido de criar um mecanismo extremamente organizado, nacionalmente, para dar conta das ações de violência, para que a gente possa garantir à nossa população segurança para além daquilo que o governo da Bahia vem fazendo, reequipando, trazendo novos recursos humanos para a área da Polícia Militar. O governador deu posse a mais mil soldados na semana passada, já estão em curso mais 1.700 policiais, e ele anunciou mais 2 mil policiais por meio de novo concurso, além de realizar um concurso para mil policiais civis no sentido de dotar a nossa turma da segurança pública das condições para enfrentar situações como essa, de violência também à Polícia Militar, que aconteceu recentemente no nosso estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder da Minoria e do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, falarei por 6 minutos; e o deputado Tiago Correia falará por 5.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, Sr. Presidente, nesses dias eu fiquei abismado com V. Ex.^a. V. Ex.^a deu uma nota

no *Política Livre* dizendo que nunca viu um governo investir tanto em segurança como se investiu na Bahia.

Então, eu trouxe aqui alguns dados para V. Ex.^a, para que V. Ex.^a peça à sua assessoria que o assessor melhor, Sr. Presidente: (Lê) “(...) *Em 15 anos, investimento do governo em Segurança Pública não chegou a 5% na Bahia*

O investimento médio em segurança pública na Bahia não chegou nem a 5% nos últimos 15 anos, período em que o estado esteve sob gestões do PT.

De 2007, início do governo Jaques Wagner, até 2021, o investimento no setor correspondeu apenas a 4,07% do aporte total do Estado. Em números absolutos, ao longo de quatro mandatos, o governo aplicou R\$ 1.3 bilhão, diante de um montante geral de R\$ 32,6 bilhões.

No governo Rui Costa, a média foi ainda pior e caiu para 3,40% do total de despesas em investimento. De 2015 a 2021, o governo só investiu R\$ 662.142 milhões no universo de R\$ 19.462.772 bilhões. Os dados são da plataforma Fiplan/Balanço do Estado...”

Isso mostra, Sr. Presidente, que a segurança pública não é prioridade do PT. Outro dia, eu não sei se vocês acompanharam, o governador Rui Costa disse que o tráfico de drogas gerava empregos para crianças, gerava empregos para os adolescentes. Imaginem vocês a inversão de valores, o principal líder político deste estado dá uma publicação dizendo que o país, Capitão Alden, tinha que repensar o tráfico porque o tráfico empregava os jovens. Para onde este estado vai com um governador que dá uma declaração dessa?!

Eu quero saber quem é o pai de família, aqui, que concorda com isso, independentemente de ser deputado do Governo ou da Oposição. Quem é que não tem medo de perder o seu filho para o tráfico?! Hoje o tráfico de drogas já pega as crianças com 13, 14 anos, não chegam nem a 17! Porque morrem, deputada Olívia, e o governador do estado faz um discurso dizendo que tem que se rever a política do tráfico neste estado porque emprega jovem?!

Isso é um desrespeito aos baianos, isso é um desrespeito a cada pai, a cada mãe desta terra. Jamais um governador, mesmo que ele pensasse uma asneira dessa, poderia fortalecer o tráfico. Tanto que, depois de uma declaração dessa, olhem aí como nós estamos, o estado entregue ao tráfico de drogas. Ninguém mais tem condições de ir em um restaurante, em um bar, em um shopping, porque pode não voltar para casa, porque pode receber uma bala, deputada Kátia Oliveira.

É esse o legado do governo PT! Em vez de defender a segurança, presidente, defende o tráfico. Meus amigos, o que eu estou dizendo aqui é muito sério e não estou aqui imputando nem criando uma palavra, o governador do estado disse que o Brasil precisa repensar o tráfico porque o tráfico de drogas emprega jovens.

O que têm que ser repensado são os cursos técnicos, a qualificação dos jovens para que eles possam ir para o mercado de trabalho, não serem perdidos para a guerra do tráfico. Não! Não é isso que a juventude brasileira quer, muito menos a juventude baiana. Nós temos que ter programas sociais para qualificar, para dar uma oportunidade àquele jovem que é menos favorecido, para que ele possa concorrer de forma igual no mercado de trabalho.

Aí o governador acha o caminho mais fácil, deputada Kátia: “Não, quem emprega jovem é o tráfico de drogas”. É por isso que o tráfico hoje tomou conta. Eu desafio, aqui,

quem não tem medo de sair na rua em Salvador! Eu desafio para que digam qual é o município do estado que está seguro! Eu desafio.

Eu falo aqui, deputado Rosemberg, não é como deputado, não, é como pai. Eu tenho um filho de 10 anos e uma filha de 11 anos e todo dia eu peço para que meus filhos não se envolvam com drogas.

Estou satisfeito, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sr. Líder, meu amigo Sandro Régis, é claro que o assunto da segurança pública preocupa todos nós, isso não é um problema da Bahia, é um problema do Brasil. Eu voltei de São Paulo nesta semana, lá nem relógio você pode usar mais, vimos em Belo Horizonte, em plena luz do dia, assalto a shopping. A culpa aí é do presidente da República, que quer armar todo mundo, mas eu, como presidente, não posso falar.

O assunto da droga é nacional, infelizmente, todas as cidades do interior...

O Sr. Sandro Régis: V. Ex.^a está fugindo do tema...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, eu vou lá...

O Sr. Sandro Régis: Eu quero que V. Ex.^a comente a frase do governador, que disse que quem emprega jovem é o tráfico de drogas.

Sr. Rosemberg Lula Pinto: Excelência!

O Sr. Sandro Régis: V. Ex.^a está fugindo do tema! Já que V. Ex.^a quer defender, defenda botando a digital!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Boto minha digital sem problema nenhum, até porque, líder Rosemberg, como presidente, é claro, eu não posso estar discorrendo, mas não custa, nós estamos a 5 meses das eleições e é natural que haja esses pronunciamentos. É claro que ninguém gostaria de viver em um país como o nosso, ninguém, nós, que temos filhos, temos família, em um país que infelizmente não tem segurança na Bahia, no Rio, em São Paulo, em lugar nenhum. E todo mundo sabe que infelizmente a droga tomou conta de tudo, em cidade do interior em que antigamente você não ouvia falar nem o que era maconha, cocaína... em todos os lugares no interior do interior.

E é claro que é uma preocupação de todos nós que gostaríamos de viver em um país melhor, mas com um presidente da República armando a população, porque essas armas acabam nas mãos dos bandidos, a situação está muito difícil. Mas vamos rezar, esperar em Deus para que esse assunto seja resolvido brevemente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde! Boa tarde, nobres colegas que nos acompanham nesta sessão, nesta tarde chuvosa, Sr. Presidente, amigos da imprensa, galerias, todos os servidores desta Casa.

Sr. Presidente, primeiro, venho a esta tribuna, hoje, falar de um projeto de indicação, mais um projeto de indicação, que trago ao governador do estado, que não tem tido, infelizmente, deputado Rosemberg, a sensibilidade de perceber o impacto que o preço dos combustíveis tem trazido a toda a população brasileira e, em especial, à população baiana. Ainda ontem, Sr. Presidente, foi apontado o óleo diesel mais caro do Brasil na cidade, infelizmente, de Porto Seguro, R\$ 8,38 pelo litro do óleo diesel.

E eu venho, nesta Casa, há algum tempo, pedindo a sensibilidade do governo, que é o maior sócio da Petrobras, que arrecada quase 20% do lucro da Petrobras em forma de ICMS. Tenho pedido insistentemente que o governador tenha sensibilidade e aplique uma redução do ICMS, mesmo que mantenha a arrecadação que ele tinha há 1 ano, para aliviar, primeiro, o poder e a força da inflação, que consome grande parte do poder de compra, principalmente dos mais pobres.

Venho hoje, Sr. Presidente, trazer outro projeto de indicação, já que não existe essa sensibilidade para atingir toda população, mas nós sabemos que o transporte público coletivo, em todo mundo, é um problema. No mundo inteiro, ele é subsidiado e está em via de entrar em colapso em todo o país. As prefeituras não aguentam mais suportar os valores da tarifa sabendo que os custos têm aumentado consideravelmente. Só o óleo diesel, no último ano, aumentou mais de 80% do seu valor.

E as prefeituras vêm tentando, juntamente com os governos estaduais, aliviar essa pressão sobre a tarifa do ônibus, diversos estados já concederam descontos no ICMS do óleo diesel para o transporte público coletivo. Rio Grande do Norte, por exemplo, Sr. Presidente, isentou desde o ano passado. E eu trago um projeto de indicação. Já que o governador não consegue enxergar a importância dessa isenção para toda a população, que, pelo menos, isente ou dê um desconto no ICMS sobre o óleo diesel do transporte público coletivo da nossa Bahia, para que o sistema não pare de vez.

A cidade de Salvador já zerou o ISS, zerou todas as taxas sobre o sistema, o transporte público metropolitano está sucateado, estamos na iminência de entrarmos num verdadeiro colapso, e os ônibus pararem de circular em todo estado da Bahia. Quem sofre é a população mais pobre, a população mais carente, que precisa usar o transporte público coletivo, Sr. Presidente. Então, peço a sensibilidade desta Casa também para acionar o líder do Governo, o líder da Minoria para, juntamente, pressionar o governador a conceder esse desconto o quanto antes, antes que o sistema pare.

Volto a falar, Sr. Presidente, sobre o que foi trazido aqui pelo líder do Governo, Rosemberg, que falou que o governo tem investido em segurança pública, em educação. E me associando também às palavras do nosso líder, Sandro Régis, a gente discute, deputado Sandro, se o governo realmente foi o que mais investiu em educação ou em saúde como eles vem dizendo. Se, na verdade, foi isso que aconteceu, isso nada mais é do que um atestado de incompetência, Sandro Régis, é jogar o dinheiro da população no ralo.

Como é que foi o governo que mais investiu em segurança, e a Bahia é o estado campeão em insegurança, é o estado em que mais se mata? Como é que a Bahia é o estado que mais investiu em educação, segundo a Bancada do Governo, segundo o próprio governador, e tem o pior Ideb do Brasil, é o campeão em analfabetismo adulto? Então, isso que eles trazem, deputado Sandro Régis, é um atestado de incompetência, de má ingerência dos recursos públicos, é jogar os recursos públicos no lixo, aplicarem de maneira errada. Isso quem diz não somos nós, são os dados trazidos pelo Mapa da Violência, são os dados trazidos pelo Ideb, são os dados trazidos pelas pesquisas que mostram que a Bahia é campeã em analfabetismo adulto.

Então, Sr. Presidente, eu acho que, se realmente é essa a gestão que temos dos nossos recursos públicos, já está na hora de mudar.

Muito obrigado...

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder do Governo ou da Maioria, ou ao líder do Bloco Parlamentar PSB/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

Com a palavra o deputado Robinson.

Antes de conceder a palavra ao deputado Robinson, queria saudar os jovens do Projeto Deputado Jovem Baiano, aqui, na primeira galeria.

(As galerias se manifestam.)

Srs. Deputados, esse é um programa daqui da Casa. São “deputadas” e “deputados” esses jovens que estão conhecendo o nosso Parlamento, são de diversas cidades, de Salvador e de diversas cidades do interior.

Bem-vindos à Casa Legislativa! O Brasil está precisando de ideias novas, de jovens na política, esperamos todos porque na democracia todos têm o direito e podem almejar por estar aqui nesta Casa. Que vocês estejam em Brasília, estejam nas câmaras, no Executivo, através das prefeituras, nos governos. Sejam bem-vindos à Casa do Povo, à Assembleia Legislativa da Bahia. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, profissionais da imprensa, “jovens deputados” – vou chamá-los assim – que hoje participam da nossa sessão, cumprimentar os companheiros e companheiras do sindicato do Poder Judiciário (Sinpojud), dizer que hoje nós vamos votar e aprovar o reajuste linear tão solicitado pela categoria, cumprimentar também o presidente Zenildo e demais diretores, a eterna presidente Zezé.

Fazer uma reflexão aqui, Sr. Presidente, primeiro, me solidarizando com as famílias dos policiais que foram vítimas, nesse final de semana, de cruéis assassinatos na cidade de Salvador, ao que tudo indica, cometido por traficantes. E a reflexão é: por que é que o tráfico mata tanta gente no Brasil? Por que é que o tráfico se enraizou em todas as cidades brasileiras?

Porque o tráfico é parte de uma organização criminosa internacional e nacional. O Brasil, Sr. Presidente, não produz um pé de coca, não há plantação de coca no Brasil, e o Brasil é um dos maiores consumidores dos seus derivados no mundo. Essa droga entra no Brasil pelas nossas fronteiras aéreas, pelas nossas fronteiras terrestres, e a Polícia Federal, e o Exército brasileiro, e o governo federal, que têm a obrigação constitucional de fiscalizar as fronteiras, não têm a política permanente de fazer um combate ao tráfico internacional.

Essa droga entra no Brasil, é comercializada pelas organizações criminosas sediadas no Sudeste do país – São Paulo e Rio de Janeiro –, que se ramificaram para todos estados, e chega até as comunidades rurais, as comunidades urbanas e os bairros populares. Crianças, adolescentes, jovens começaram a participar dessa engrenagem do crime, e essa onda de violência que a gente vive no país é por conta da disputa por esses pontos de vendas e de compras de drogas em todo o Brasil.

Essa é a situação estrutural. Pergunta-se: de quem é a responsabilidade de combater o tráfico de drogas? De quem é a responsabilidade constitucional? A Polícia Militar e a Polícia Civil da Bahia já trabalham na coerção, cá embaixo, da circulação e do tráfico, mas a responsabilidade maior é impedir que essa droga chegue no Brasil. Quando ela chega e é distribuída, já é uma situação muito mais difícil de enfrentar.

E a polícia baiana tem feito grandes apreensões, o governador do estado, essa é a verdade, tem feito investimentos importantes. Milhares de policiais militares foram contratados, milhares de policiais civis contratados, armas, equipamentos... Nós não estamos mais no tempo, Sr. Presidente, dos governos anteriores ao do ex-governador Jaques Wagner, em que a Polícia Militar tinha quatro, cinco Merivas, em que tinha um Fusca para andar, em que o soldado não tinha nem uma arma de calibre 38 para poder combater a criminalidade. Esse é o tempo do passado.

Há alguns saudosos aqui que não lembram que essa era a estrutura da Polícia Militar da Bahia, em que o soldado usava a arma de dia, e de noite tinha que trocar com o colega; em que os carros não tinham combustível para circular; em que não tinha uma viatura, sequer, de quatro rodas, tipo caminhonete, na estrutura da polícia. Era uma situação falimentar.

Investimentos importantes foram feitos. E a questão da segurança também não é só um caso de polícia, tem que ter o envolvimento de toda a sociedade, uma rede de proteção que passa pela organização comunitária; que passa pelo esporte; que passa pela cultura; que passa por criar alternativas e oportunidades para nossa juventude, com geração de emprego, com escola. É responsabilidade das prefeituras, é responsabilidade do prefeito de Salvador também ter políticas sociais para nossas crianças e adolescentes nos bairros... porque, ao final, cobra-se só a ação de força policial quando a prevenção é a ação mais adequada a ser adotada de forma permanente na proteção e segurança da nossa sociedade.

Mas, Sr. Presidente, eu quero também, aqui, aproveitar o espaço para parabenizar a nossa companhia baiana de água e saneamento, a Embasa, que completa 51 anos, uma empresa que é referência na prestação do serviço; uma empresa que comanda o maior programa de inclusão da população no serviço de água e esgotamento sanitário, que é o Programa Água Para Todos; uma empresa que investiu mais de R\$ 10 bilhões nessa área e nesses serviços, que é um patrimônio do povo baiano e que continua prestando, através dos seus trabalhadores, um serviço essencial ao funcionamento da sociedade.

Parabéns à Embasa pelos seus 51 anos de serviços prestados na Bahia. Que ela continue uma empresa pública de qualidade, eficiente e levando qualidade de vida para o nosso povo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, quero aqui saudar, de maneira especial, os “jovens deputados” que estão nesta Casa, no dia de hoje (palmas), trazendo ainda mais qualidade a este espaço democrático e popular, deputado Rosemberg, e, portanto, eu não poderia perder a oportunidade de fazer a minha fala nesta tarde depois que ouvi a fala do líder da Oposição, o querido colega, o deputado Sandro Régis.

Deputado Sandro acusou o governador de ter dito que o tráfico de drogas empregava, gerava emprego para a juventude.

Deputado Sandro, eu entendo os ânimos, não é?, no momento em que estamos muito próximos ao processo eleitoral, mas é preciso recolocar aqui a verdade, porque essa questão

do tráfico de drogas é uma situação, um desafio para o Brasil, um desafio para a Bahia, um desafio que exige, de todas as instituições, investimentos e políticas públicas para que a gente possa, de fato, dar perspectiva, deputado Sandro, à nossa juventude.

O que o governador fez, falou, foi... Ao defender de maneira objetiva a necessidade de escolas de educação integral, e a Bahia está investindo em mais de 100 escolas, unidades escolares que estão sendo construídas – parte delas, significativa, vai ser dedicada a educação integral –, ele justificou a necessidade da educação integral, porque nós temos que disputar a nossa juventude, sim, com o tráfico de drogas, que muitas vezes oferece dinheiro fácil, aparentemente, para esses jovens, que vai dar mil, 2 mil, 3 mil reais, e acaba capturando essa juventude que deveria estar na escola, que deveria estar com seus pais, com seu pai, sua mãe, trabalhando dignamente, e acaba se desviando para o mundo do tráfico. Esse mundo que impõe a essa juventude uma vida breve, porque muitos morrem com 15, 16, 17 anos.

É uma tragédia o que acontece neste país. E se precisa chamar a atenção porque 80% desses jovens que morreram entre 2015 e 2019 eram jovens negros das periferias.

Portanto, nós temos que tratar, nesta casa, com muita seriedade essa tragédia que está acontecendo. Por isso, eu me solidarizo com as mães, as famílias dos três policiais mortos, porque a guerra ao tráfico produz isso. É o civil que tomba nas favelas, deputado Hilton, que a gente conhece e acompanha, e é o trabalhador da segurança pública que, muitas vezes, acaba perdendo a sua vida, como acaba de acontecer aqui, em Salvador.

Quero lembrar, deputado Sandro, que é preciso, ao tratarmos com mais seriedade essa questão, lembrar que o número de armas registradas pela polícia federal no país passou de 637 mil em 2017 para um 1 milhão e 200 mil armas em 2020, porque nós temos o presidente da morte.

Nós não podemos achar que um país onde 55% da população vive em situação de insegurança alimentar e 24 milhões de brasileiras e brasileiros passam fome, e que o presidente da República, diante disso, deixa o preço do combustível ir para as alturas, porque não tem política para enfrentar essa política de preços dolarizada da Petrobras, e deixa os preços dos alimentos ir para as alturas no país que é o terceiro produtor de alimentos do mundo.

Um presidente que em vez de se preocupar em gerar emprego... São mais de 14 milhões de desempregados. Se colocarmos os desalentados, são 25 milhões num país de 200 milhões de habitantes.

É um presidente que libera armas.

É o presidente que vai sair do governo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Finalizando, deputado, presidente desta sessão.

É o primeiro presidente que vai sair do governo deixando o salário mínimo mais fraco, com um menor poder de compra do que quando Bolsonaro sentou na cadeira, tomou posse na cadeira de presidente.

Então, nós temos que fazer esse debate. É preciso que a Oposição abandone Bolsonaro.

O ACM Neto, que está aí, disputando eleição, querendo, mas não vai conseguir, se eleger governador, deveria retirar o apoio do DEM, que agora é União Brasil, a este governo Bolsonaro, deixar de ter ministério...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) dentro deste governo, que é o governo da destruição nacional.

Mas eu não tenho nenhuma dúvida que no dia 2 de outubro o povo brasileiro vai fazer o “L” de Lula, de Lula livre! Vai ser o governo da reconstrução nacional, do amor ao Brasil. E na Bahia, é claro que é o “J” de Jerônimo Rodrigues.

Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar PP/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Falará, por todo o tempo, o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Paulo Câmara pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, parlamentares jovens que engrandecem o nosso Parlamento, sejam muito bem-vindos.

O que nós acabamos de assistir aqui, Sr. Presidente, é sempre aquela transferência de responsabilidade no que diz respeito ao seu compromisso. A Bahia, hoje, é reconhecida nacionalmente como o estado da violência. Os baianos estão com medo, com medo de sair das suas casas, com medo de pegar o transporte público ao amanhecer, com medo de chegar em casa à noite. Os baianos estão com medo de frequentar o restaurante, de ir a um bar, de levar o seu filho na escola.

Ontem, à noite, uma senhora foi espancada em um restaurante de Lauro de Freitas por marginais. Agora, pela manhã, um pai ia levar o filho na escola e teve o seu carro assaltado. Essa é a radiografia do nosso estado, a radiografia do medo, da violência e de uma incompetência de nunca se ter apresentado uma política de segurança pública. Nós estamos falando de 16 anos ininterruptos desse mesmo governo.

Sr. Presidente, eu não vi, em nenhum momento, a palavra do secretário da Segurança Pública nesses últimos 5 dias. Como é o nome desse senhor? Uma pergunta: alguém sabe quem é o secretário da Segurança Pública? Alguém da plateia sabe? Alguém do Plenário sabe? Algum deputado sabe me dizer qual é o nome do secretário da Segurança Pública? Não se sabe quem é. É um sujeito oculto, porque, efetivamente, não conhece de segurança pública. Pode ter sido um bom juiz, um ex-magistrado, mas de segurança pública não tem competência para tal.

Os nossos policiais estão morrendo. E se a bandidagem não respeita uma força policial, imagine a nós, cidadãos comuns.

Isso não é hora de transferir responsabilidade para governo “a”, “b”, “c”, “d”. Isso é hora de fazer uma reflexão interna da política que está aí há 16 anos.

A Bahia campeã nacional de homicídio. A Bahia com a pior educação pública do Brasil por 1 ano e 8 meses consecutivos. A Bahia do medo. A Bahia da violência. A Bahia em que a bandidagem tomou conta. E vem dizer o secretário que nós temos que cobrar

imposto de cocaína e maconha para se poder diminuir a violência; que as pessoas morrem porque têm armas na rua. Essa é a política de segurança pública do nosso estado.

É isso que nós, baianos, queremos para os nossos filhos, para as gerações futuras, uma insegurança? Em qualquer canto da cidade a que você vá, em qualquer interior, em qualquer boteco, em qualquer praça o tema é violência, o tema é insegurança, o tema é o medo. E a gente não quer isso para a nossa Bahia.

Não adianta vir dizer que vai fazer uma licitação de fuzil porque nem pronta está essa licitação. Quero, aqui, já alertar: é mais um grande *fake news* deste governo! Não existe licitação pronta ainda. Está em andamento, porque ainda não tiveram prazo para montar o processo.

E agora, no apagar das luzes, fazer concurso para dois mil policiais. Porque não fizeram isso no ano passado, no ano retrasado? Não há um planejamento estratégico deste governo. Não há uma meta para ser batida, tudo é feita à colcha de retalhos. À medida que vai acontecendo, à medida que a imprensa vai noticiando, o governo vai aparando, fazendo aquela colcha de retalhos para tentar remendar.

Minha gente, ninguém aguenta mais tanta violência. Ninguém aguenta mais ficar assustado e ficar com medo dentro das nossas casas. Nós temos o direito de andar, de ir e vir. E compete, sim, ao governo prover uma política de segurança pública de estado para que nos dê conforto, para ter tranquilidade no dia a dia.

Esse era um assunto, presidente.

Outro assunto que me causa desconforto, e aqui eu quero tratar especificamente do município de Teixeira de Freitas, é que o governador sempre usa dois pesos e duas medidas, deputado Sandro Régis, V. Ex.^a que é votado naquele município. Aqui, em Salvador, o governador, numa medida acertada, tira a rodoviária do centro para colocar mais distante, porque não cabe mais rodoviária em praça urbana. Já em Teixeira de Freitas, no dia 19 de abril, desapropria o parque de exposições, deputado Tiago Correia.

A gente sabe que o governador não gosta do agronegócio. Mesmo com o agronegócio sendo responsável por mais de 20% do PIB deste estado, mesmo com o agronegócio colocando comida na mesa dos baianos todo dia, o governador é contra o agronegócio e resolveu desapropriar um parque importante daquela cidade para colocar uma rodoviária no centro urbano da cidade de Teixeira de Freitas, que cresce de maneira exponencial e que não precisa, não necessita de uma rodoviária naquele local. Tantos lugares nos arredores para poder se colocar, mas, de maneira a perseguir a cooperativa local, de maneira a perseguir o Sindicato Rural de Teixeira de Freitas, ele faz essa medida administrativa sem sequer ouvir a população.

E todo gestor tem o dever e a obrigação de ouvir o outro lado, saber o que está acontecendo e, aí, tomar a medida melhor. Não num ato administrativo desapropriar um bem público, uma área que interessa a todos os teixeirenses, sem dar a menor satisfação, sem respeitar àquela população.

Então, está na hora, minha gente, de a gente, efetivamente, olhar e ver o que está acontecendo, deputado Pedro Tavares. São 16 anos da maior enganação que essa população já teve.

Falar de educação, vocês, que são jovens, consultem os jovens do interior e da capital, 1 ano e 8 meses sem um dia de aula letiva. Os jovens foram passados de maneira açodada e apressada, envergonhando até aos professores. Como esses jovens poderão

concorrer no Enem agora? Como esses jovens poderão concorrer no vestibular se ficaram 2 anos sem um dia de aula letiva?

Se o ensino público já não é bom, e posso falar porque sou filho de professora municipal aposentada de Salvador, imagine 2 anos sem aula letiva!

O que o governo faz agora? Coloca um bilhão e meio na mão de empreiteiros para construir grandes escolas. Nada contra escola. Têm que ser escolas boas, dignas, mas têm que ter professores qualificados, preparados, bem pagos, com logística. Municípios que às vezes não têm nem transporte público para poder levar os estudantes. E colocarão R\$ 1,5 bilhão e meio em 6 meses para fazer campanha publicitária, para fazer campanha política.

Isso não é respeitar a população jovem. O que o jovem quer é capacitação, é treinamento para poder entrar no mercado de trabalho. O jovem entre 16 e 24 anos está sem perspectiva de sequer um emprego. Imagine aquele jovem da escola pública que não tem a oportunidade de estudar durante 2 anos. Como poderá competir ou com os senhores que estão aqui presentes ou com os meus filhos ou com os sobrinhos? Não terão oportunidade. A grande maioria desses jovens foi cooptada pelo tráfico de droga. A evasão escolar, a defasagem de aprendizagem, a janela de oportunidades que foram perdidas.

Nós não precisamos e não devemos tratar os jovens assim. Os jovens têm que ser olhados com respeito, com coerência e, acima de tudo, apontando alternativas para que vocês possam ter futuro. Porque se vocês não tiverem futuro este estado também não terá.

Este Parlamento tem o dever e a obrigação de compreender o que vocês passam aí em cima. Que vocês possam vir a ingressar neste Parlamento com altivez e independência e colocar a posição de vocês. Não sejam reféns de partido, não sejam reféns de prefeito, nem de governador, falem o que vocês acham, o que vocês pensam, sejam independentes, e só assim vocês serão respeitados.

Então, Sr. Presidente, chega dessa enganação, chega dessa narrativa. As pessoas não querem mais isso. As pessoas querem decência, respeito e, acima de tudo, serem consideradas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PCdoB/Avante para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Pela metade do tempo, 4 minutos, falará o deputado Marcelino Galo. No tempo restante, falará o deputado Bira Corôa.

Por todo o tempo, Marcelino.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, deputados e deputadas presentes nesta Casa, senhores e senhoras que estão na galeria, agradecer pela presença de vocês aqui, servidores e servidoras desta Casa que estão aqui, presenciando este debate trágico, eu queria, primeiro, iniciar prestando a nossa solidariedade às famílias desses policiais que são vítimas e que são trabalhadores.

A segurança pública é fundamental para a democracia. Não há direitos humanos, não há democracia sem segurança pública.

Agora, a tragédia por que passa este país...

Eu pergunto, aqui, aos deputados que estavam debatendo, de quem eram os 40 quilos de cocaína que estavam no avião da Presidência da República deste país?! Será que foi a primeira vez que transportaram essa quantidade de cocaína institucionalizada?! Ali, o poder instituído neste país! Então, quando a gente descobrir, aí, sim, a gente poderá debater aqui. Agora, se aproveitar dessa miséria...

Ontem, nós vivenciamos o espetáculo mais deprimente desta nação, a polícia cercando a Cracolândia. Vejam o que significa isso! Ali estavam os dependentes químicos, todos aqueles, vítimas, desempregados que, por uma situação qualquer, foram levados a serem viciados em droga. E a polícia vai cercar ali! A polícia tem que pegar os tubarões da droga, aqueles que, empresariando esse segmento, ganham milhões e estão associados! Vejam quem governa este país! É o tráfico de madeira, exploração ilegal de ouro em terras indígenas. Isso tudo, quem comanda isso?

Então, eu vejo e me sinto extremamente triste quando vejo aqui se aproveitarem de uma tragédia, principalmente a que se abate sobre a nossa juventude, porque ali foi só uma questão de conceito.

Mas a juventude é levada também a ser arregimentada por conta da falta de perspectiva, porque não tem educação, porque o orçamento da educação foi cortado, porque não tem saúde, porque não tem perspectiva de futuro e de ter um emprego digno! É preciso cuidar da nossa juventude! E da juventude não se cuida só com o extermínio da nossa juventude negra deste país, que vem sendo assassinada institucionalmente, porque tem uma classe dominante que é perversa, que domina este país.

O que nós precisarmos fazer, de fato, é a abolição da escravatura! Libertar nosso povo, libertar os negros deste país, criar perspectiva de futuro, abrigando generosamente.

Então, é muito triste que deputados venham aqui fazer esse debate totalmente fora da realidade. Inclusive politizando a morte de pais de família como os nossos policiais. E, aqui, também fazendo o debate da juventude totalmente equivocado. Então, temos que resolver essa situação, e para isso é a política!

Mas nós temos que ter muito mais força. É preciso, também, que a nossa juventude, a gente lute, traga, justamente para poder defender e construir o seu futuro a partir de agora, com políticas, participando. E é fundamental ter isso.

Mas, dito isto, nós precisamos também, hoje, aqui, votar. E eu queria agradecer, principalmente, ao Sindiconta, que teve um papel muito importante de colaborar com essa matéria que nós vamos votar hoje. Esteve várias vezes na Comissão de Constituição e Justiça, esteve várias vezes ao lado do líder do Governo, tratando disso, também procurando o líder da Oposição, Sandro Régis, que é o grande líder da Oposição. Então, por isso, nós precisamos votar, já que há um consenso, há um acordo.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar...

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, por 5 minutos, falará o deputado Pedro Tavares; por 6 minutos, falará o deputado Prisco; por 5 minutos, falará o deputado Alden; e por 3 minutos, falará o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para iniciar, com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de 1 minuto. Acabou o tempo. (Risos) Três minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa tarde amigos e amigas da Assembleia Legislativa que nos visitam hoje.

Eu não estava com vontade de falar hoje, não, mas depois desse discurso de Marcelino Galo...

Contra fatos não há argumentos. O legado do PT na Bahia é o de dismantelo da segurança pública, ponto. Nenhum deputado do governo subiu aqui, à tribuna, para defender o governo. Nenhum deputado da Bancada do Governo do estado da Bahia subiu a esta tribuna hoje para defender o governador. Todos os deputados da Bancada do Governo subiram aqui para atacar o governo federal.

O que está em debate nesta Casa é a Bahia, é a vergonha nacional dos índices de segurança pública, é a desmoralização da instituição Polícia Militar.

Vamos parar de tapar o sol com a peneira pelo amor de Deus! Vocês sobem aqui, não defendem o seu governador e só ficam atirando no presidente da República. Defendam, por favor! Este é o palco do debate. Não se escondam. Vamos falar da Bahia e do legado do massacre da juventude negra deste estado. São 16 anos de governo. São 16 anos de massacre.

Esse problema é de Bolsonaro? Não, esse problema é da Bahia. Vamos parar com isso. Vamos debater o nosso estado.

Vêm falar que a educação da Bahia é boa, por Nossa Senhora! Encher o estado de *outdoor* dizendo que está investindo não sei quantos bilhões! Com que qualidade de ensino, meu Deus? Vejam os índices! É a vergonha nacional! Defendam, subam aqui para defender, não entupam a Bahia só de *outdoor*.

Digam exatamente o que está se passando, os policiais foram mortos retornando de um enterro.

E não sobe um deputado do governo aqui para defender o governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quem é no próximo tempo? É você?
Com a palavra o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, galeria, eu vejo aqui o Parlamento Jovem, a quem eu cumprimento, dou as boas-vindas.

No dia de hoje, eu queria falar sobre um município importante do nosso estado, que é o município, deputada Fabíola Mansur, de Itapetinga. Município considerado a capital da pecuária baiana. Eu queria falar de um assunto que tem deixado a população de Itapetinga com sérias dificuldades, apreensiva, que é a questão da recuperação da Avenida Júlio José Rodrigues. Uma importante avenida da cidade de Itapetinga que está em péssimas condições. A recuperação dessa avenida foi prometida pelo governo do estado. Eu queria cobrar do governo do estado a sensibilidade para a recuperação dessa importante avenida.

Essa avenida, suas péssimas condições têm causado sérios transtornos à população. Quem tem que usar diariamente essa avenida, os comerciantes que estão localizados na avenida, estão passando por sérias dificuldades. Eu participei recentemente de uma

audiência pública, ou melhor, de uma sessão especial na Câmara de Vereadores de Itapetinga na qual a discussão era sobre a situação da Avenida Júlio José Rodrigues.

Foi discutido e mostrado o quanto essa avenida tem causado transtornos à população da cidade, e causado transtornos também à economia da cidade. Ali, eu ouvi relatos das pessoas que tem que passar todos os dias por essa avenida, de comerciantes, de empresas de ônibus, mostrando que os ônibus estão quebrando com maior frequência devido às péssimas condições da avenida.

Eu queria, mais uma vez, cobrar a sensibilidade do governo do estado para que se recupere essa importante avenida do município de Itapetinga. Cobrar sem, aqui, estar querendo jogar pedra porque sou deputado da Oposição. Não, cobrar porque a população de Itapetinga, e a cidade de Itapetinga, merece justiça e uma atenção melhor do governo do estado.

Também queria falar sobre a infraestrutura do nosso estado. Eu, que tenho tido a oportunidade de percorrer diversos municípios do interior da Bahia, tenho visto as péssimas condições de diversas estradas. Queria começar com uma estrada importante, com a BA-491, que liga o município de Governador Mangabeira ao município de Cabaceiras do Paraguaçu, chegando até a balsa. Uma estrada que liga a BR-101 à BR-116, atravessando pela balsa, e essa estrada está em péssimas condições há muito tempo.

Chegou a um momento no ano passado em que o governo não tomou qualquer tipo de atitude para recuperar essa estrada e o prefeito de Governador Mangabeira, que não tinha essa atribuição, teve que, pelo menos, dar um paliativo, recuperar a estrada, porque ninguém mais aguentava ter que trafegar por uma estrada em péssimas condições.

Eu queria pedir ao governo do estado também a sensibilidade para recuperar esta importante estrada que liga Cabaceiras do Paraguaçu a Governador Mangabeira.

Queria falar também de uma estrada importante e que eu tive a oportunidade de passar por ela no último final de semana, que é a BR-420. Uma estrada, Sr. Presidente, muito importante para o Recôncavo Baiano, estrada que liga o município de São Félix a Maragogipe, uma estrada usada pelas pessoas que não vão pegar o *ferryboat* para chegar a Vera Cruz, uma estrada que é também usada pelos municípios de Governador Mangabeira, Cachoeira, Cruz das Almas,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e que também está em péssimas condições. Foi recuperada há 3 anos e já está cheia de buracos. Eu queria pedir também a sensibilidade do governo do estado para sua recuperação.

Na semana passada a população se manifestou, fechou essa estrada, porque é um absurdo o que tem ocorrido com a BR-420, que é uma estrada de responsabilidade do governo estadual.

Então, fica aqui...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a minha cobrança sobre esses temas tão importantes...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir.

O Sr. PEDRO TAVARES: (...) como falei, de Itapetinga e de duas importantes estradas do interior da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro, líder, quem é o próximo?

O Sr. Sandro Régis: Deputado Alden, Sr. Presidente, falará por 5 minutos; e para finalizar, falará o deputado Prisco.

Ao total, são 19 minutos do Bloco União Brasil/PL.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Capitão Alden por 5 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobres jovens Parlamentares, é impressionante a capacidade de a gente improvisar, enfeitar, na tentativa de mascarar e defender aquilo que é indefensável.

Como bem disse o meu amigo deputado Luciano, nenhum deputado da Base do Governo teve a coragem, e nem tem a moral, para defender este governo. Não tem, porque, por mais que as propagandas tamanho “G” estejam sendo colocadas em todo o estado da Bahia, a realidade, deputado Hilton, é uma só. O anuário da violência divulgado pela SSP-Bahia – não é um fórum brasileiro de segurança pública, não é um dado divulgado aqui pelo Capitão Alden, não –, que está no site da SSP, aponta que de 2012, deputado Hilton, até 2021 foram 53 mil assassinatos na Bahia, a maioria de jovens negros.

E, aí, querem falar de estatísticas nacionais, querem falar do presidente da República. Como bem disse o deputado Luciano, vamos falar de Bahia.

Por que os senhores não têm a coragem de tentar defender o governador Rui Costa? Porque não têm o que defender.

Deputada Olívia Santana citou aqui os números de CACs e de armas que “foram liberadas” – entre aspas – pelo governo federal, dizendo inclusive, na narrativa que os senhores apresentam, que mais armas, mais violência, atribuindo inclusive... O secretário da Segurança Pública teve a cara de pau – não arde, o rosto nem arde – de dizer que na Bahia a culpa da violência é dos CACs, que a culpa da violência é das armas legais, que estão sendo, obviamente, adquiridas pelo cidadão legitimamente, através de curso, através de seus treinamentos.

Mas aqui, na Bahia, na verdade, está aqui o resultado, segundo o governador. Ele disse que os CACs podem ter até 30 armas, e que estas armas utilizadas pelos CACs poderiam estar alimentando o tráfico de drogas e sendo utilizadas contra a polícia.

Só que você vai à Polícia Federal, na Superintendência, e pergunta: PF, nos últimos 5 anos, quantas armas foram extraviadas, roubadas ou furtadas no estado? A PF diz: “Capitão, 98 armas foram extraviadas nos últimos 5 anos”.

Nós somos 16 mil CACs na Bahia inteira. Sabe quantos CACs, deputado Tiago, perderam o CR no ano passado? Apenas 10, em um universo de 16 mil CACs.

Então, de onde é que o governador e o secretário tiram esses números de que o CAC é o responsável pela violência, que o cidadão de bem que adquiriu sua arma de forma legítima e nas lojas é o responsável pela violência. Não tem, não se sustenta.

Mas o que o secretário da Segurança Pública disse durante o 1º Congresso Internacional de Segurança Pública? Ele abriu a boca para dizer mais uma asneira, porque ele só abre a boca para dizer asneira. O que ele disse? O secretário voltou a defender a regulamentação da maconha, dizendo que – entre aspas – “a maioria das pessoas que usam maconha não são viciadas na droga, que elas fumam para dar uma relaxada e que seguem a vida de trabalho normalmente”.

Mas não sabe o secretário que a maconha, exatamente como o álcool, é a porta de entrada para as demais drogas?

Um secretário da Segurança Pública que diz que não tem o que fazer em relação à violência da polícia, que tem que orar e pedir a Deus para que eles não morram!

O secretário da Segurança Pública, Sr. Presidente, tinha que estar aqui, nesta tribuna, para dizer o que tem sido feito para combater o crime e a violência na Bahia. Nada!

E, aí, vem aqui fazer proselitismo, falar de policial militar, falar da Polícia Militar, dos familiares. Mas nesta Casa está tramitando, na CCJ, a lei que trata da insalubridade, deputado Hilton, da periculosidade, do plano de carreira. Quer ajudar a Polícia Militar? Aproveem os projetos que estão nesta Casa e que foram encaminhados para o governo do estado.

Então, fica, aqui, o nosso pedido, meu e do deputado Prisco, para que, de fato, o governo discuta com seriedade e, de fato, ajude e colabore com a segurança pública. Não ficar aqui fazendo proselitismo, usando o caixão dos policiais, os familiares para poder desmentir...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: (...) aquilo que o governador do estado, a todo momento, tenta pregar com as suas falsas propagandas divulgadas em torno do estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, pelos 5 minutos restantes, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, demais membros desta Casa, Plenário, servidores do Poder Judiciário, primeiro, esclarecer algo aos servidores do Poder Judiciário, porque foi passado que o projeto de vocês não tinha sido votado por causa do deputado Prisco. Foi uma liminar nossa que garantiu o direito aos policiais militares e aos seus familiares da pensão vitalícia. Tal proposta, inclusive, se tivesse sido votada nesta Casa, esses três policiais militares assassinados não teriam o direito à pensão.

Então, a nossa luta é por direito, jamais abriremos mão disso.

O governador é o culpado de não ter votado o projeto de vocês. Ele tem que ter vergonha na cara, coisa que ele não tem. Este deputado jamais vai deixar de fazer a luta por vocês. Votarei a favor do projeto de vocês, mas não se votou nesta Casa, há um mês, por causa dele; não foi por causa de uma liminar nossa, que é um direito nosso.

Eu espero que o governador tenha o bom senso... retirou o projeto da pauta. Que volte o projeto para esta Casa com o direito e garantia aos policiais, e não coloque o fim da pensão vitalícia daqueles que dão as vidas por todos vocês. Isso é o que ele deveria ter, vergonha na cara, coisa que ele não tem. Ele é coautor desses assassinatos dos policiais militares da Bahia. O governador do estado da Bahia é, sim!

A violência na Bahia está alastrada. Foram três jovens, entre 24 e 25 anos, assassinados. E o que é que o governador faz? Bravata política. "Vou comprar mil fuzis." Para 29 mil policiais?!

Eu vejo o deputado Robinson chegar aqui e dizer que não tem armamento, que lá atrás não tinha, e que agora tem. Desafio, deputado, não só você como qualquer membro desta Casa, do governo, da Oposição, a sair comigo agora e ir a qualquer quartel da Polícia

Militar para ver se lá tem armamento. Não tem armamento, não tem combustível, as viaturas não são blindadas. Por isso, o policial foi alvejado! Os quartéis estão sucateados!

Este governador do estado não tem a coragem de pisar os pés no quartel, porque lá está um lixo! Não é como a casa dele, no Palácio de Ondina, onde ele está cercado por mais de 200 policiais militares fazendo a segurança dele e da sua família! Não foi o parente dele que estava no caixão! A mãe disse claramente na imprensa: “Quem matou meu filho foi o estado!” Não só ele, vários policiais já morreram por omissão deste estado!

Não é o deputado Prisco quem está falando isso não! Todas as pesquisas mostram! A Bahia ostenta, nos últimos 10 anos, como o estado mais violento do Brasil! Isso está em todas as pesquisas!

Aí vem este governador cara de pau dizer que a culpa é dos CACs e as armas legais! Ele não sabe distinguir o que é arma legal e arma ilegal, não?! Claro que ele sabe! Ele está fazendo política com o caixão dos policiais, mentindo para a população! Arma legal é arma legal! Tem que passar pela Polícia Federal! As armas que estavam no crime, dos traficantes, que ceifaram as vidas dos policiais, foram um fuzil ilegal!

Desafio você, governador, a provar que aquele fuzil que atingiu a cabeça do soldado Menezes foi uma arma legal. O tráfico está muito mais armado por omissão sua, deste governo que está aí, há 16 anos, que só tem sucateado toda a Polícia Militar da Bahia!

Nenhum direito, nesta Casa, foi aprovado por este governo! Você deveria ter vergonha! O secretário da Segurança Pública, mambembe, só vai para a imprensa falar o que não sabe, jogar a culpa, não assumir a sua responsabilidade. Aí todo mundo vem aqui dizer que é o governo federal. Vocês deveriam assumir a responsabilidade da violência na Bahia! O povo da Bahia precisa de um governo que faça isso, não de mentira, enganação e bravata!

São vidas que se perderam! Vocês não estão lidando com qualquer um, não! Eu vi uma mãe ligar para mim hoje, e dizer que seu filho veio de Ubaitaba para Salvador para uma audiência, deputados, e aqui ele viu a morte do colega, e foi ao enterro. Só veio para uma audiência, porque ele estava afastado da Polícia. Sabem por quê? Por depressão, por não aguentar a opressão que está acontecendo dentro dos quartéis da polícia! E nenhum de vocês veem isso!

Nós temos, hoje, um batalhão na psiquiatria da Polícia, porque este comando, colocado por este governo, é um opressor, é um ditador. E o soldado Vieira, de Ubaitaba, estava afastado por causa disso; veio a Salvador por causa de uma audiência. Por infelicidade dele e do destino, o colega dele foi assassinado brutalmente.

Atiraram em uma viatura com quatro policiais fardados! Ali morreu o estado! Ali morreram todos vocês! Ali, eles estavam representando vocês! Atiraram na cara do estado! Podem se benzer mesmo, porque lá tinha vida. Era um negro, pobre, da periferia, de 24 anos de idade! E se vem para cá para fazer política bravateira! Vidas de policiais também importam! Ele era negro! Só porque estava com a farda não importava?!

O soldado Vieira veio a Salvador para uma audiência. E o colega dele foi assassinado. Ele ligou para a mãe, D. Fabiana, de Ubaitaba, e disse: “Vou para o enterro do meu colega.” Saindo do enterro, chegando a Cajazeiras, não sabia o que o destino reservava para ele. O soldado Sanderson seria assassinado por fuzis ilegais de novo! E este governo vem mentir, enganar a população da Bahia.

A justiça dos homens não chega, governador! Mas a justiça de Deus, um dia, vai bater à sua porta. Tenha certeza absoluta disso!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus abençoe a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria para falar ou indicar o orador pelo tempo de 19 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falarão, pelo tempo de 4 minutos cada, os deputados Jacó e Fabíola; pelo restante do tempo, este humilde deputado que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Boa tarde a todos.

Sr. Presidente; colegas deputados; imprensa; a turma do Judiciário, aquele abraço; estudantes, nobres deputados e deputadas; é uma alegria imensa.

Como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Bahia, esta semana teve o acontecido, com a violência do policial, os três assassinatos. Nós emitimos uma nota de solidariedade às famílias. Eu estive presente ao velório, deputada Fabíola, para prestar a nossa solidariedade às famílias dos policiais militares assassinados. Lamentavelmente, a gente escuta, e vê a dor e o sentimento alheio ser politizado da forma que nós estamos vivenciando aqui nesta Casa.

E eu queria chamar a atenção desta juventude que está nos escutando, porque este debate da segurança pública é um debate relacionado aos direitos humanos. Quanto mais desigualdade, quanto mais pobreza, maior a violência.

Vocês precisam conhecer a realidade da periferia de Salvador, porque a maioria desses jovens negros mortos da periferia são jovens. Eles deveriam estar nas escolas. Vocês sabem quais são as situações das escolas de Salvador e da periferia desta cidade? Vocês sabiam que as creches desta cidade, para os negros, para os meninos, não têm nem ventilação nem merenda escolar?

Vocês sabiam que aqui em Salvador tem cidades? Tem bairros com 50 mil pessoas. Há 80 mil pessoas no bairro da Paz, ou seja, o bairro da Paz tem 80 mil pessoas. E vocês sabem que só há um posto de saúde para atender apenas a 10 pessoas por dia? Enquanto Irecê, minha cidade, a cidade da deputada Fabíola Mansur, tem 80 mil pessoas e tem 21 postos de saúde?

Vocês sabem o que é viver numa cidade onde não tem tratamento, onde os esgotos e onde o lixo imperam no meio da rua com rato, com fedor? As pessoas passando fome? Vocês já imaginaram um filho ter que ficar em casa sozinho, enquanto o pai vai trabalhar, a mãe na rua, e não tem uma creche? E a creche que tem não funciona?

Vocês precisam ir ao bairro da Liberdade! Convido a imprensa. Vão conhecer as creches de Salvador, vão conhecer os postos de saúde de Salvador!

A população negra de Salvador é abandonada. Para diminuir a violência nós temos que ter emprego, e o desemprego aumentou. Nós temos que ter proteção social. O conjunto de proteção social que este país tinha foi destruído.

A pobreza deste país voltou a disputar osso, jovens! As pessoas da periferia desta cidade estão disputando carro de lixo! Quem mora nesta cidade sabe disso! E ninguém fala

disso! Ninguém se revolta enquanto vê um negro ou uma negra correr atrás do lixo da madame para comer, porque está morrendo de fome! E ninguém fala disso!

Qual pai ou mãe de família vai ver seu filho, por desemprego, passando fome? Eles vão fazer o quê? O que é que vai aumentar neste país?

Eu quero saber disso! Eu quero que vocês reflitam! É muito fácil dizer que a culpa é do governo! Mas saibam vocês que metade da violência contra as mulheres deste país acontece dentro de casa! Metade da violência contra os jovens, abusos, estupro, violência contra a juventude, acontecem dentro de casa!

Eu quero saber se vai ser preciso botar um policial...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) dentro da casa de cada um para resolver o problema da polícia! E esse papo de policial aqui que a gente vê?! Minha gente, eu ainda hei de assumir o poder! Policial, neste país, não tinha um revólver 38 neste estado, não tinha uma viatura, o policial comprava a farda, ganhava um salário de fome!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Antes de a gente assumir este governo, a educação era um lixo! O Ideb hoje é muito melhor do que nós vivemos há anos atrás. Procurem saber dos seus pais como eram as escolas!

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, para concluir, presidente.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Nós precisamos refletir...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou descontar no tempo vindouro.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: E chega de hipocrisia e de cara de pau nesta Casa!
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Fabíola por 4 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, nós sabemos que se formos debater a segurança pública de forma honesta, nós temos de, juntos, vencer os desafios. Temos, de fato, problemas graves na segurança em todo o país. Temos problemas que afetam a nossa juventude negra. Temos problemas que matam policiais. Temos o aumento da violência urbana e nas periferias das zonas rurais. Temos problemas também com falta de verba e falta de investimentos maiores para equiparar as Polícias Civil e Militar à força vil do traficante de drogas.

O que não podemos fazer, Sr. Presidente? É fazer uso da politicagem para acusar este ou aquele governo da culpa por uma situação que afeta o país inteiro.

Acompanhei, ontem, no *Jornal Nacional*, o estado de São Paulo, governado pelo PSDB, com os maiores índices de latrocínio vistos nos últimos tempos. Se nós vamos fazer um debate público, honesto, em defesa da Bahia, em defesa da segurança pública, nós temos de falar a verdade. Nós temos que trabalhar, deputada Ivana, em regime de colaboração entre municípios e estados.

Nós temos, sim, de exigir do governo federal, que tem a chave da caixa preta dos financiamentos e investimentos, maior recolhedor de impostos, para que faça, sim, uma política de investimento maior, ajudando estados e municípios. Não façamos politicagem.

Me solidarizo, como sempre solidarizei, por vidas perdidas de policiais, porque sou de família de policiais. Mas também me solidarizo com a violência que afeta a juventude, as mulheres e as famílias baianas. Vamos, sim, tratar do tema da segurança pública, juntos.

Nós tivemos investimentos, concurso público para policial civil, para policial militar, investimentos em centros de inteligência, investimentos feitos pelo governo Rui Costa. Mas se nós estamos enxugando gelo, é preciso, para superar os desafios, termos a verdade, e dizer: juntos vamos tentar superar, porque não existem soluções únicas para a segurança pública.

É um problema complexo que deve ser prioridade no Legislativo, no Executivo e, de forma suprapartidária, entre os entes federados. Não façamos disso uma guerra, uma batalha política em tempo pré-eleitoral, porque eu vejo muitos companheiros deputados levantarem a voz só neste momento pré-eleitoral.

Mas quero dizer que defendo, sim, a vida de policiais, como defendo a vida dos cidadãos e cidadãs que devem ser protegidos por esta força, que devem, sim, ter o apoio do estado, assim como deve o tema segurança pública.

Mas, Sr. Presidente, eu quero saudar os deputados baianos e baianas do Parlamento Jovem que estão aqui. (Palmas) Tiveram, hoje, a sua primeira posse. Eu quero dizer que tivemos, para a Mesa Diretora, eleita uma mulher para o cargo de presidenta, que é a nossa querida Luana, deputado Hilton.

Haverá projetos, e eles vão procurar os gabinetes para que a gente possa recepcionar esses projetos e, efetivamente, projetos de deputados, deputado Sandro Régis, deputados do Parlamento Jovem baiano, que possam se tornar projetos de lei, efetivamente, pautados por nós.

Quero saudar o Simpojudi que está presente. Reconheço o esforço feito pelo Simpojudi. Está ali o presidente Zenildo, o companheiro Samuel Nonato. Nós vamos, sim, com o apoio desta Casa, com a dispensa de formalidades dos nossos deputados Rosemberg e Sandro Régis, colocar em votação os 4% linear. Reconhecemos a luta do Simpojudi pela categoria, pelos servidores, pelo auxílio-saúde, pelo plano de cargos e salários.

Esta é uma pequena luta, Zenildo, que nós vencemos agora. Mas tenho certeza de que conta com o apoio de todos os deputados desta Casa. Apesar de ser da Bancada do Governo, quero defender aqui, porque tanto o TCE, quanto o TCM, o TJ e MP tiveram o apoio dos deputados desta Casa.

Vamos seguir na luta pela melhoria das condições de trabalho e pelo plano de cargos e salários. Sempre contarão com esta deputada, presidente da Comissão de Serviços Públicos, que não foge de nenhuma luta, de nenhum debate, desde que os mesmos sejam honestos e que sejam propositivos para a melhoria da vida dos baianos e das baianas, sejam das periferias, das grandes cidades, servidores públicos ou cidadãos, pois nós temos a obrigação, enquanto mandatários neste Parlamento, de defender.

Forte abraço para vocês!

Parabéns aos deputados jovens eleitos.

Vamos à luta. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pelo tempo restante, o líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Primeiro, Sr. Presidente, quero parabenizar, junto com todos os deputados componentes da Maioria, este Parlamento Jovem. Deixei para fazer isso por último para que eles pudessem sem, obviamente, emitir nenhum tipo de posicionamento, apreciar este debate na Casa, pois esta é a Casa da respeitabilidade e das diversas opiniões.

Mas, deputado Prisco, eu falo de respeitabilidade. Aqui nunca tratei personificando ninguém. Quero fazer a defesa do governador Rui Costa, dizer que o governador não é cara de pau! O governador é o maior governador hoje do Brasil, respeitado em todos os cantos. Primeiro, porque foi ele quem mais cumpriu as promessas de campanha. Não sou eu quem diz, mas todos os governadores do Brasil, inclusive o governador do vosso partido, o PSDB.

Dizer que nós não votamos os projetos da pensão dos militares não é porque o governador não retirou o projeto, mas porque V. Ex.^a entrou na justiça pedindo uma liminar, e a liminar foi concedida, e nós não pudemos votar o projeto aqui.

O Sr. Soldado Prisco: O projeto era absurdo e retirava direito da categoria. O projeto era mentiroso. O governo retirava direito. Por isso, o Poder Judiciário concedeu a liminar.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Gostaria que respeitasse o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Soldado Prisco, V. Ex.^a pede um aparte. Quem está com a palavra é o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Soldado Prisco: Na hora do projeto, eu vou pedir para discutir; na hora do projeto, eu vou pedir para discutir também.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputados, todos os deputados têm direito ao aparte. Então, V. Ex.^a pede o aparte e faz o seu pronunciamento. Quem tá com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: O projeto não está em tramitação, porque tem uma liminar impedindo, de autoria do deputado Prisco. E ele, aqui, vem dizer que a responsabilidade é do governador Rui Costa. Tenha coragem, deputado Prisco, de assumir a sua posição pública de que os policiais não estão se aposentando com os proventos das pensões pela responsabilidade de V. Ex.^a.

Há outra coisa. Entendo, deputado Tiago Correia, que V. Ex.^a defenda o segmento empresarial. Isso é natural. Mas não pode fazer a defesa da lucratividade de 44 bilhões, em apenas um trimestre, da Petrobras, em detrimento de aumentar o diesel e a gasolina, pois quem paga é o povo brasileiro, e é o povo que ganha de entre um a quatro salários mínimos.

V. Ex.^a quer ainda debitar mais na sociedade ao pedir que o governador Rui Costa diminua os valores dos impostos estaduais, os quais estão sendo investidos na população baiana. V. Ex.^a ajudou a eleger o presidente da República com o seu voto, então V. Ex.^a deve pedir ao presidente da República a mudança da política de preço de combustível da Petrobras. Não é assim que a gente faz este debate, jogando a responsabilidade para os outros.

Quero dizer também, deputado Pedro Tavares, que a responsabilidade de fazer a Av. Júlio José Rodrigues, em Itapetinga, é do prefeito municipal, que apoia V. Ex.^a. Mas ele não fez; e o governo estadual vai fazer. Na próxima semana sairá a licitação da Júlio José Rodrigues. E não é uma área do estado, é uma área do município de Itapetinga, porque se fosse do estado, era uma BA, não é uma avenida. Quem define avenida é a Câmara Municipal. Aqui, a Assembleia Legislativa define BAs. Então é de responsabilidade do município, que, ao invés de cuidar da população, cuida de outras coisas.

Mas o governo do estado vai cuidar, sim, deputado Pedro Tavares. Nós vamos recuperar toda a entrada da cidade de Itapetinga, porque o povo merece. O que não merece é uma gestão desastrosa daquela que passa hoje na cidade.

Quero dizer sobre a questão da fala do governador Rui Costa. Pegou-se uma parte contextual da referida fala, tirou-se um pedaço da fala do governador. O governador, em todas as suas falas, questiona a forma como a nossa juventude tem sido tratada, a forma como o tráfico de drogas tem atraído a nossa juventude.

Nós precisamos criar novas oportunidades para essa juventude, e estamos fazendo isso. V. Ex.^{as} conhecem os programas que nós temos nas escolas estaduais, como o Programa Bolsa Presença, para ajudar esta juventude a se manter na escola. Algumas delas devem levar, inclusive, uma bolsa para dentro de casa para se alimentar.

Meu querido amigo Adolfo Menezes, eu vejo a fala de alguém que nunca botou o pé na escola pública, sempre estudou nas escolas privadas, as melhores da cidade de Salvador, e vem aqui para falar de escola pública. Eu posso falar da escola pública, pois estudei, desde a minha cidade de Itororó, nas escolas reunidas da minha cidade municipal. Eu me formei na Universidade Federal da Bahia, disputando todos os espaços públicos da minha formação.

Agora, tem gente que vem falar aqui, e ainda vem falar de negros! Esses passaram grande parte das suas vidas junto com a elite branca da cidade; nunca fizeram uma defesa pública desses jovens negros pobres, que morrem todos os dias por fome ou atraído pelo tráfico de drogas, numa disputa insana para sobreviver!

Quando o governador falou, é porque os nossos jovens estão sendo cooptados, deputado Sandro Régis, pelo tráfico de drogas. E o crime, se V. Ex.^a não sabe, virou uma empresa, repito, virou uma empresa! Nós precisamos destruir essa empresa maléfica que atrai os nossos jovens todos os dias por falta de oportunidade!

Mas a vida é feita de escolhas. Eu escolhi um presidente que cuidou da juventude, que cuidou do povo negro, que deu oportunidade às pessoas que trabalhavam nos lixões!

V. Ex.^a fez uma outra escolha, escolheu esse que está aí, um homem que não sabe cuidar de gente, que estimula todos os dias que a arma é o caminho. Eu defendo a educação, defendo o livro como arma do crescimento da juventude! É este o debate que nós temos que fazer nesta Casa!

E sei que V. Ex.^{as} estão puxando o debate, porque é o debate da eleição. E eu não tenho nenhum problema, porque temos o que mostrar. Nós podemos nos orgulhar, porque alguém disse que o analfabetismo na Bahia, quando Jaques Wagner chegou aqui, era em torno de 2 milhões de pessoas analfabetas. Esse número foi deixado por vocês! E não venham dizer que não era o governo de vocês! Sempre foi o governo de vocês, que só tinha uma única universidade federal. E nós trouxemos mais seis universidades federais para a Bahia! Aqui só tinha uma única escola técnica. E nós trouxemos mais 33 escolas técnicas para a Bahia.

Ninguém pode falar sobre educação em relação aos nossos governos. Quanto às escolas que nós estamos construindo, é porque todas as outras escolas são mais apertadas. Eu estudei nas escolas, deputado Sandro Régis! Eu sei o que é entrar numa escola de 30 metros quadrados para estudar, um número significativo de alunos amontoados.

Então nós estamos construindo novas escolas com ar-condicionado, com os professores capacitados e dando condições aos alunos a estudarem, porque, agora, véspera das eleições, vamos falar de negro, de pobre.

Eu sei o que eram, deputado Prisco, eu sei o que eram os cemitérios que tinham nas entradas de Camaçari e Simões Filho, de jovens negros e pobres assassinados na Bahia, e que nunca foram contabilizados na Bahia. Independentemente de qualquer situação, se contabiliza tudo! E nós não temos nenhum problema de entender que temos responsabilidade, sim, pela segurança pública! E estamos fazendo a nossa parte!

Agora, o presidente de vocês não faz a parte dele, estimula a violência, estimula a homofobia, estimula a briga entre homens e mulheres, estimula todos os dias as divergências.

Nós queremos construir o novo mundo para nossa juventude, queremos construir um mundo de paz, amor e esperança! E a esperança, aqui, é continuar este governo de Wagner e do nosso querido Rui Costa.

Por isso, o Jerônimo será governador da Bahia! E nós vamos ter de volta o presidente Lula para dar oportunidade a esta juventude que está aí e que presencia deste debate neste momento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, questão de ordem. Eu fui citado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Eu gostaria de saber que Bahia é esta que o deputado Rosenberg mora! Deputado Rosenberg, fale a verdade para o povo da Bahia.

Eu entrei com a liminar, sim, na Justiça, porque o seu governo mandou um projeto de lei para esta Casa retirando a pensão vitalícia dos policiais. O seu governo, mentindo na televisão, disse se tratar de uma adequação à lei federal, quando todo mundo sabe que não é adequação à lei federal!

O governo mente, tanto mente que mandou o projeto para esta Casa! E se hoje esse projeto tivesse sido votado, volto a dizer, as viúvas dos três policiais assassinados estariam desamparadas pelo seu governo!

Entre com a liminar! Tive a coragem! E o Poder Judiciário mostrou que vocês tentaram derrubar a liminar e não conseguiram, porque o projeto está retirando direito dos policiais! E os servidores, presentes nas galerias, sabem disso, ou seja, que o projeto não foi votado por culpa do seu governo, não por uma liminar nossa! E vocês ainda foram ali dizer que nós entramos num poder contra outro, quando o seu governo, por várias vezes, lá, na Câmara Federal, entrou no Poder Judiciário!

Foi o governador Rui Costa quem entrou no STF contra a...

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Retire a ação, deputado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosenberg...

O Sr. Soldado Prisco: Não! Não vou retirar ação, não! O seu governo tem que retirar o projeto, e encaminhar um projeto real para esta Casa, que garanta o direito aos servidores, não retirando a pensão dos servidores! Fale a verdade para a população! Você tem que falar a verdade para a população, e não culpar o presidente por algo que ele não tem culpa! A

violência é na Bahia! O seu governo está aqui há 16 anos, não está há 4 dias não! Fale a verdade!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nobre deputado Soldado, aí não é mais questão de ordem, aí já é discurso.

O Sr. Soldado Prisco: É questão de ordem porque ele me citou, Sr. Presidente. A mesma coisa que ele citou.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Aí não é questão de ordem.

O Sr. Soldado Prisco: Quanto ao projeto da pensão, ele sabe que o governador dele encaminhou o projeto para esta Casa retirando direitos dos servidores!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente...

O Sr. Soldado Prisco: O projeto não estava adequando à lei federal!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu vou querer o mesmo direito.

O Sr. Soldado Prisco: Eu o desafio a discutir o projeto! Encaminhe o projeto para a CCJ, e lá a gente vai discutir o projeto! Nós vamos provar que aquele projeto retira direitos!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., deputado.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

O Sr. Pedro Tavares: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O presidente não está ouvindo nada hoje.

Projeto de Lei nº 24.488/2022, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, que reajusta os vencimentos e as gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e em funções gratificadas, proventos e pensões do Tribunal de Contas do Estado.

Para relatar, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Qual é este projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Do Tribunal de Contas do Estado.

Deputado Pedro, o senhor vai ficar contra o tribunal?

O Sr. Pedro Tavares: Não. Eu quero, depois, uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Logo mais. Calma, meu amigo.

O Sr. Pedro Tavares: Senão, você me inscreve aí para discutir.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deixe os ânimos serenarem. Na medida em que as eleições se aproximam, os ânimos se acirram.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, para relatar, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente e deputado Adolfo Menezes, este é o (lê)

“Parecer

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Saúde e Saneamento; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.488/2022, de autoria do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, o qual ‘Reajusta os vencimentos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.’

Apresenta, o Exm.º Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, para apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto de lei que ora passo a relatar, reajustando

os vencimentos e gratificações dos servidores integrantes do quadro de pessoal daquela corte, bem como dos proventos e pensões dos aposentados e pensionistas.

O reajuste segue o índice de 4% aplicado pelo Poder Executivo aos seus servidores, incidindo sobre os valores vigentes em 31 de dezembro de 2021, esclarecendo ainda o Senhor Presidente do TCE que este não incidirá sobre as gratificações ‘cujo valor resulte da aplicação de percentuais sobre os vencimentos’ (§ 1º do art. 1º do PL).

A exposição de motivos que acompanha a proposição torna evidente a existência dos recursos necessários ao reajuste, contendo ainda as informações relativas ao impacto orçamentário-financeiro para os exercícios financeiros de 2022 a 2024.

O projeto cuida ainda da instituição da Junta Médica Oficial do TCE, a ser composta pelos servidores efetivos já existentes em seu quadro de pessoal, a qual tem por objetivo ‘avaliar as condições de saúde ligadas às necessidades laborativas e assim fundamentar decisões referentes ao servidor público’, não implicando em aumento de despesas e ‘tampouco na criação de cargos ou funções gratificadas’.

A proposição não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições legais e constitucionais, além de não haver quaisquer restrições quanto ao mérito, opino pela aprovação na forma apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo ressaltar que a sua apreciação nesta Sessão é possibilitada em virtude da realização de Acordo de Lideranças entre as Bancadas da Maioria e da Minoria Parlamentar, para dispensa de formalidades regimentais.”

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2022”.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em votação, primeiro turno, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto do Tribunal de Contas do Estado que concede 4% aos seus funcionários permaneçam como se encontram.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, em primeiro turno.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto do Tribunal de Contas do Estado, que concede 4% aos funcionários, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão, por unanimidade.**

PROJETO DE LEI Nº 24.488/2022

Reajusta os vencimentos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam reajustados em 4% (quatro por cento), retroativo a 01 de janeiro de 2022, os vencimentos e gratificações dos cargos efetivos, símbolos remuneratórios dos cargos em comissão e funções gratificadas, proventos de inatividade e pensões do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

§1º - O reajuste previsto no caput deste artigo não se aplica às gratificações cujo valor resulte da aplicação de percentuais sobre os vencimentos.

§2º - O reajuste previsto no caput deste artigo incidirá sobre os respectivos valores vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Os proventos de inatividade e as pensões dos servidores das carreiras mencionadas nesta Lei que possuem direito à paridade constitucional serão revistos na mesma data, condições e proporção previstas nesta Lei para os servidores em atividade, não podendo resultar em valores superiores aos concedidos ao servidor ativo em igual situação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios.

Art. 4º - Fica instituída a Junta Médica Oficial do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, a ser composta pelos servidores efetivos já existentes do quadro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, com o objetivo de avaliar as condições de saúde ligadas às necessidades laborativas e assim fundamentar decisões referentes ao servidor público, na forma a ser definida em Ato normativo.

Parágrafo único: A instituição da Junta Médica Oficial indicada no caput não implicará em aumento de despesa, tampouco, na criação de cargos ou funções gratificadas.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto.

Projeto de Lei nº 24.540/2022, Reajuste dos vencimentos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções gratificadas, proventos e pensões dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios do estado da Bahia. Institui a junta Médica Oficial própria, e dá outras providências.

Para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente,

(Lê) “*Parecer*

Das Comissões de: Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Saúde, Saneamento, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 24.540/2022, de autoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, o qual ‘Reajusta os vencimentos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções gratificadas, proventos e pensões dos servidores do Tribunal de Contas

dos Municípios do Estado da Bahia, institui Junta Médica Oficial própria, e dá outras providências.’

Apresenta, o Exm.º Sr. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, para apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto de lei que ora passo a relatar, reajustando os vencimentos e gratificações dos servidores integrantes do quadro de pessoal daquela corte, bem como dos proventos e pensões dos aposentados e pensionistas.

O reajuste segue o índice de 4% aplicado pelo Poder Executivo aos seus servidores, incidindo sobre os valores vigentes em 31 de dezembro de 2021.

No ofício que acompanha a proposição, registra o Sr. Presidente do TCM que, a despeito de haver o constituinte federal assegurado a revisão anual...” – para isso está se utilizando os 4% exatamente em similaridade ao projeto aprovado por essa Casa do Poder Executivo – (Lê) “ (...) da remuneração dos servidores e agentes públicos, como forma de repor a perda do seu poder aquisitivo provocada pela desvalorização da moeda, em decorrência do processo inflacionário, “é sobejamente sabido que as condições orçamentárias e financeiras do Estado da Bahia nos últimos anos, infelizmente, não permitiram a concessão de reajustes remuneratórios para os servidores estaduais”, enquanto o IBGE indica que, “somente no ano de 2021, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços, encerrou com 10,06% em doze meses”.

Faz-se, portanto, necessária a edição de uma lei instituindo o reajuste para os servidores do TCM, observado o mesmo percentual e data de concessão pelo Poder Executivo aos seus servidores.

O projeto cuida ainda da instituição da Junta Médica Oficial do TCM, a ser composta por servidores já existentes em seu quadro, a qual tem por objetivo, conforme consta do art. 3º do PL, ‘avaliar as questões relacionadas à saúde e à capacidade laboral do servidor’, e, de acordo com o parágrafo único do mesmo artigo, ‘não implicará em aumento de despesa’.

A proposição não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições legais e constitucionais, além de não haver quaisquer restrições quanto ao mérito, opino pela aprovação na forma apresentada pelo Tribunal de Contas dos Municípios, cabendo ressaltar que a sua apreciação nesta Sessão é possibilitada em virtude da realização de Acordo de Lideranças entre as Bancadas da Maioria e da Minoria Parlamentar, para dispensa de formalidades regimentais.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2022”.

Com isso, eu e o deputado Sandro Régis queremos aqui restabelecer essa boa relação que sempre tivemos com o Tribunal de Contas dos Municípios nessa aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões, o Projeto de Lei n º 24.540/2022, do Tribunal de Contas dos Municípios.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o projeto do Tribunal de Contas dos Municípios **em 1ª discussão, por unanimidade.**

PROJETO DE LEI Nº 24.540 /2022

Reajusta os vencimentos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções gratificadas, proventos e pensões dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, institui Junta Médica Oficial própria, e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam reajustados em 04% (quatro por cento), a partir de 01 de janeiro de 2022, os vencimentos básicos dos cargos de provimento permanente do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM/BA, bem como os símbolos remuneratórios dos cargos em comissão e funções comissionadas.

Parágrafo único – O reajuste previsto no *caput* deste artigo incidirá sobre os valores dos vencimentos e símbolos vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Os proventos de inatividade e as pensões relativas aos dependentes dos servidores das carreiras do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, que possuem direito à paridade constitucional, serão revistos na mesma data, condições e proporção previstas nesta Lei para os servidores em atividade, não podendo resultar em valores superiores aos concedidos ao servidor ativo em igual situação.

Art. 3º - Fica instituída a Junta Médica Oficial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, que será composta por servidores já existentes do quadro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, com o objetivo de avaliar as questões relacionadas à saúde e à capacidade laboral do servidor.

Parágrafo único – A instituição da Junta Médica Oficial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia não implicará em aumento de despesa.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data sua publicação.

O Sr. Pedro Tavares: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Pedro.

O Sr. Pedro Tavares: O senhor concedeu uma questão de ordem ao deputado Prisco. Eu ouvi atentamente o discurso, o pronunciamento do deputado Rosemberg Pinto quando ele fala da Avenida Júlio José Rodrigues...

O Sr. Bira Corôa: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Tavares: (...) essa avenida foi prometida pelo governador do estado em uma inauguração do SAC na cidade. Quem tem a obrigação de fazer essa obra tão importante é o governo do estado. Quanto ao prefeito Rodrigo Hagge, é um prefeito jovem e competente que tem feito um belo trabalho no município, tanto é que se elegeram com mais de 20 mil votos de diferença para o segundo colocado. Um prefeito respeitado, que tem o respeito da população de Itapetinga.

O que eu penso, o que eu quero e o que eu desejo, deputado Rosemberg, é que essa obra, que é tão importante para o município de Itapetinga, seja realizada. Afinal de contas, ela foi prometida pelo governo do estado.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Questão de ordem, presidente. Sr. Presidente, questão de ordem.

(O deputado Marcelinho Veiga assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Com a palavra o deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar os servidores e os sindicatos do Judiciário que estão aqui na tribuna acompanhando esta sessão, em que nós iremos votar o projeto de aumento para a categoria. Eu queria saudar e parabenizar a todos pela luta. Dizer da nossa alegria de tê-los aqui nesta Casa, que é a Casa do Povo. Parabéns aos trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário da Bahia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Com a palavra, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, só para lembrar ao deputado Pedro Tavares, eu gosto sempre de deixar isso registrado. O governador, na época em que foi inaugurar o SAC, prometeu recuperar a estrada da exposição à rodoviária. O que fez há seis meses o prefeito Rodrigo Hagge? Pediu uma reunião com o governador Rui Costa em que estávamos presentes eu, o prefeito Rodrigo Hagge e a vereadora Cibele Neri, da cidade de Itapetinga. Pedro não pôde ir nesse dia, certamente, ou o prefeito não o deve ter convidado. Mas nessa reunião que ele fez uma solicitação ao governador. O governador pediu que ele apresentasse o projeto, e o governo do estado faria a recuperação do trecho da Avenida Júlio José Rodrigues, que será licitada. A licitação será publicada ainda este mês.

Quero aproveitar, Pedro, para dizer que ontem o governador esteve na cidade de Itapetinga e inaugurou o trecho da estrada Maiquinique-Mangerona. Deu a ordem de serviço da estrada de Mangerona a Itapetinga. O prefeito, na maior indelicadeza, não se fez presente no ato. Depois, o governador foi à cidade visitar o ginásio poliesportivo, nessa mesma reunião havia negociado com o prefeito Rodrigo Hagge a ampliação da obra para fazer uma piscina no centro da cidade de Itapetinga.

Eu só quis dizer isso para deixar registrado, porque, em que pese o governador estar cumprindo a sua palavra, na minha opinião, houve indelicadeza do prefeito de Itapetinga de não acompanhar a ordem de serviço de uma obra que sai da cidade de Macarani e vai a sua cidade. Muito obrigado.

(O deputado Adolfo Menezes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. Bira Corôa: Sr. Presidente, apenas pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do Bira.

O Sr. Bira Corôa: Eu estou muito preocupado com a condução que estamos dando aqui neste Plenário, atropelando inclusive o Regimento da Casa, questão de ordem não é debate aberto ou justificativa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Bira, deputado Bira, o presidente sabe disso. Agora, se eu for levar ao pé da letra o Regimento, aqui, vai mudar completamente. Então, eu acabo cedendo tanto para um lado como para outro, porque se eu for dar questão de ordem porque é questão de ordem, ninguém vai falar aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, com a palavra o deputado Hilton Coelho.

(O deputado Hilton Coelho se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, o deputado Hilton queria falar depois. Tudo bem, calma.

Próximo projeto. Projeto de Lei nº 24.525/2022, que reajusta os vencimentos e as vantagens dos cargos efetivos e dos cargos em comissão, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, e dá outras providências.

Para relatar, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente,

(Lê) “*Parecer*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.525/2022, de autoria do Poder Judiciário do Estado da Bahia, o qual ‘Reajusta os vencimentos e as vantagens dos cargos efetivos e dos cargos em comissão, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, e dá outras providências.’

Apresenta, o Exm.^o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, para apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto de lei que ora passo a relatar, reajustando os vencimentos e as vantagens dos servidores integrantes do quadro de pessoal do Poder Judiciário.

O reajuste segue o índice de 4% aplicado pelo Poder Executivo aos seus servidores, incidindo sobre os valores vigentes em 31 de dezembro de 2021, esclarecendo ainda o Senhor Presidente do Tribunal que a proposta ‘foi elaborada com observância dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme estudo de impacto orçamentário que segue em anexo’.

A proposição não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições legais e constitucionais, além de não haver quaisquer restrições quanto ao mérito, opino pela aprovação na forma apresentada pelo Poder Judiciário, cabendo ressaltar que a sua apreciação nesta Sessão é possibilitada em virtude da realização de Acordo de Lideranças entre as Bancadas da Maioria e da Minoria Parlamentar, para dispensa de formalidades regimentais.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2022”.

Também não podemos deixar de mencionar a luta dos sindicatos dos servidores do Poder Judiciário: Sinpojud, aqui representado por Zenildo; e Sintaj, por Adelson Castro. É uma pequena conquista, considerando as perdas inflacionárias, mas é uma grande luta e a gente vai seguir com outros projetos de interesse como é o do auxílio saúde, que é muito justiça que eu tive a honra também de relatar e que vai para os aposentados e pensionistas.

Então, opino, Sr. Presidente, pela aprovação do Projeto de Lei nº 24.525/2022.

Agradecendo ao presidente da Casa, sensível a essa pauta, ao deputado Rosemberg, ao deputado Sandro Régis, que incluíram a dispensa de formalidade realizando esse pleito justo da categoria dos servidores do Poder Judiciário.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões...

O Sr. Hilton Coelho: Para discutir.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) o projeto do TJ...

O Sr. Hilton Coelho: Para discutir, ouviu, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) um minuto, deputado Hilton, PL nº 24.525/2022.

Para discutir, deputado Hilton.

Srs. Deputados, assim que finalizar a sessão, convido todos para o lançamento, aqui no saguão, na volta – depois da pandemia da Covid – do nosso programa de lançamento de edição de livros desta Casa. Hoje, nós temos o lançamento do livro de Aldinho Mendonça.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, primeiro, quero saudar as presenças dos trabalhadores do Judiciário estadual. É muito importante que vocês estejam acompanhando esta sessão.

Antes de tudo, eu quero dizer que o nosso voto será favorável ao projeto, entendendo o significado que existe hoje em relação à situação de penúria da categoria. Nós não podemos recusar nada que possa, de alguma forma, significar minimamente um contramovimento a essa situação da categoria.

Quero afirmar o nosso compromisso com o projeto do plano de saúde do Judiciário estadual, que vai encontrar uma barreira, mas nós vamos fazer a luta e vamos obter uma vitória. Mas eu não poderia, Sr. Presidente, votar favorável a esse projeto antes de fazer uma grande ressalva.

Nós não podemos discutir aqui, nesta Casa, o reajuste de 4% como uma grande conquista da categoria, ou melhor, como uma grande concessão desta Casa à categoria, que tem uma perda salarial que hoje está beirando quase 60%.

Esse dado precisa ser colocado, porque nós não podemos jogar a poeira embaixo do tapete. Esta Casa precisa ter consciência de que esses trabalhadores têm 7 anos sem reajuste; porque só na inflação do ano passado nós superamos 10%. Como é que nós podemos chamar de uma grande concessão a esses trabalhadores e trabalhadoras um mísero reajuste de 4%?

Eu não acredito que nós vamos tratar dessa situação dos nossos servidores públicos, porque esse caso, a meu ver, é emblemático. Não são só os trabalhadores do Judiciário que estão nessa situação. Daqui a pouco, nós vamos discutir a situação, aprovar aqui também, e vai ter o voto a favor do PSOL, também de um reajuste de 4% dos trabalhadores do Ministério Público Estadual, como fizemos com os trabalhadores dos tribunais de contas.

Mas nós temos que inserir esse projeto, a aprovação desse projeto em relação a uma pequena redução de danos que está se fazendo com essa categoria, porque daqui para a frente eu quero discutir os 50% que faltaram.

Nós não podemos fingir que essa realidade não existe, porque servidores e servidoras do Judiciário estadual, do Ministério Público, que vão ter projetos, daqui a pouquinho, vai haver aprovação também do PSOL e do conjunto dos deputados. Esses trabalhadores não vão recuperar minimamente a sua dignidade com esses projetos que vão ser aprovados nesta Casa, por unanimidade.

Todas os deputados e deputadas vão votar nesse projeto, mas a dignidade desses servidores está sendo vilipendiada. Então, não adianta vir aqui fazer discussão sobre segurança pública e abordar o contexto que está colocado nacionalmente, o estado sem falar da questão do serviço público, porque garantia de direito sem máquina pública que efetiva o direito é falácia, é mentira!

Então é óbvio. Quando a gente está tratando da situação da morte dos policiais, do assassinato dos policiais, nós temos de nos solidarizar com as famílias. Nós temos de nos solidarizar com as famílias que estão sendo abatidas hoje nas periferias das grandes cidades, principalmente no estado da Bahia. Tudo isso, com relação ao contexto, precisa ser discutido. O debate da violência precisa ser aprofundado. Não esse debate raso que se fez aqui, por exemplo, com relação à questão do tráfico. Como se a questão da legalização não fosse central para a gente combater o problema da violência. Mas eu quero dizer que sem máquina pública que funcione, que respeite o serviço público, não há direito garantido à justiça, não há direito garantido à saúde, não há direito garantido à educação. A Bahia tem o pior índice de desenvolvimento do ensino médio do Brasil. Como é que nós vamos fazer debate de segurança pública sem pautar essa questão? É óbvio que a gente tem de pautar e para isso não dá para tratar os servidores a pão e água como o governador Rui Costa está fazendo. E esta Casa de alguma forma está legitimando.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero concluir, mais uma vez, dizendo que cada passo que o servidor público der na sua luta, para a redução dessa crueldade é válido. Parabéns a vocês que estão aqui acompanhando esta votação, mas parabéns principalmente porque eu sei que vocês não vão desistir da luta, que vocês permanecerão nas ruas pressionando esta Casa, pressionando o Executivo para obter dignidade! Dignidade para os servidores públicos, dignidade para o povo da Bahia que sem o seu serviço público jamais terá os seus direitos realmente respeitados!

Parabéns pela luta! Terá voto do PSOL e principalmente terá o PSOL com vocês nas ruas em defesa do serviço público, do povo da Bahia e do Brasil! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões, o Projeto de Lei n° 24.525/2022, do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o projeto de lei do Judiciário **em 1ª discussão, por unanimidade.**

PROJETO DE LEI Nº 24.525/2022

Reajusta os vencimentos e as vantagens dos cargos efetivos e dos cargos em comissão, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O vencimento básico e as vantagens pessoais incorporadas e/ou integradas em valor nominal dos cargos de provimento permanente, bem como os valores dos símbolos dos cargos de provimento temporário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado da Bahia, ficam reajustados em 4% (quatro por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 2º O Anexo único, da Lei n. Lei nº 11.919, de 22 de junho de 2010, fica alterado, passando a vigorar com novos valores nominais, reajustados em 4% (quatro por cento), a partir de 1º de janeiro de 2022, na forma do Anexo único, desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário do Estado da Bahia, respeitando o limite previsto na Lei Federal de Responsabilidade Fiscal, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observados os efeitos financeiros previstos nos artigos 1º e 2º desta Lei.

PALACIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em ___ de ___ de 2022.

ANEXO ÚNICO

ANEXO ÚNICO, DA LEI Nº 11.919, DE 22 DE JUNHO DE 2010

TABELA DE VALORES DA GRATIFICAÇÃO POR CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO — CET	
TJFC1	R\$ 12.244,13
TJFC2	R\$ 8.920,71
TJFC3	R\$ 5.597,32
TJFC4	R\$ 4.058,04
TJFCS	R\$ 2.623,74
TJFC6	R\$ 2.203,96

ESTIMATIVA DE IMPACTO REAJUSTE LINEAR (4%)

ÍNDICE	INCREMENTO ANUAL	ENCARGOS PATRONAIS ANUAL	IMPACTO ANUAL *
4%	R\$ 46.610.181	R\$ 10.387.413	R\$ 56.997.593

* Total anual (12 meses), incluindo-se o valor de férias e 13º salário.

ESTIMATIVA DE IMPACTO REAJUSTE CET - (4%)

COD VERBA	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR ATUAL	VALOR COM REAJUSTE	INCREMENTO MENSAL	ENCARGOS PATRONAIS MENSAL	IMPACTO MENSAL	IMPACTO ANUAL *
818	CET	743	4.577.535,23	4.674.046,49	96.511,26	20.557,32	117.068,58	1.638.960,12
824	CET 1	223	1.802.912,32	1.802.912,32	0,00	0,00	0,00	0,00
921	CET CC LEI 13806/17	679	3.591.601,17	3.735.265,22	143.664,05	30.359,53	174.023,58	2.436.330,08
924	CET SUBS LEI 13806/17	57	328.754,44	341.904,62	13.150,18	3.156,04	16.306,22	226.287,08
925	CET TIT LEI 13806/17	49	263.719,96	274.266,76	10.546,80	2.531,71	13.080,51	183.127,14
926	CET GEST LEI 13806/17	167	177.313,77	184.406,32	7.092,55	1.702,21	8.794,76	123.126,68
941	CET GEST DESIGNADOS	62	72.871,70	72.871,70	0,00	0,00	0,00	0,00
942	CET GEST - ADM FÓRUM	56	91.084,78	91.084,78	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL								R\$ 4.609.831,11

1 – Considerando-se os valores lançados na folha de Janeiro/2022.

2 – As verbas 824, 941 e 942 são pagas em valores superiores, considerando inclusive o presente reajuste, aos valores nominais estabelecido na LEI 13.806/2017. Diante disso, não sofrerão aumento.

* Total anual (12 meses), incluindo-se encargos patronais, férias e 13º salário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo projeto reajusta os vencimentos, gratificações, e proventos dos servidores, as funções de confiança e os cargos de Comissão do Ministério Público do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de ler o relatório, o parecer deste importante projeto, gostaria de fazer uma comunicação muito importante para o povo de Cruz das Almas, cidade querida do Recôncavo baiano, cidade universitária, que acaba de dar mais um passo na implantação do equipamento SAC. Reivindicação do nosso mandato, do ex-prefeito Orlandinho, dos vereadores de oposição, do vereador Osvaldo da Paz. Hoje, nós tivemos a autorização da Secretaria de Relações Institucionais, da Secretaria de Administração e o projeto de implantação do SAC de Cruz das Almas foi aprovado e vai ser implantado a partir de agora nas tratativas com os empresários locais. Uma conquista importante para cidade com mais de 60 mil habitantes permanentes, com 80 mil habitantes da população flutuante. Vai ganhar o equipamento em que todos podem utilizar os serviços do estado, seja da área de segurança, da área do Detran, da área da fazenda e Cruz das Almas vai funcionar muito melhor, com mais qualidade.

Obrigado ao governador Rui Costa por essa importante conquista, que é o SAC para o município de Cruz das Almas.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados,

(Lê) “*Parecer*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.496/2022, de autoria do Ministério Público do Estado da Bahia, o qual ‘Reajusta os vencimentos, gratificações e proventos dos servidores, as funções de confiança e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, institui a atividade de instrutoria interna e a respectiva gratificação, altera o Anexo V da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, altera o quadro de funções de confiança, instituído pela Lei nº 12.607, de 26 de dezembro de 2012, e dá outras providências.’

Apresenta, a Exm.^a Sr.^a . Procuradora-Geral de Justiça do Estado, para apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto de lei que ora passo a relatar, reajustando os vencimentos e as vantagens dos servidores integrantes do quadro de pessoal do Ministério Público.

O reajuste segue o índice de 4% aplicado pelo Poder Executivo aos seus servidores, incidindo sobre os valores vigentes em 31 de dezembro de 2021, esclarecendo ainda a Senhora Procuradora-Geral de Justiça que o impacto orçamentário anual do reajuste é passível de absorção pelo orçamento do MP, e ainda que ‘a participação da despesa total de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida, considerando as despesas desta proposição, em 2022, é perfeitamente absorvida dentro do limite prudencial de 1,90%’.

A proposição não recebeu emendas. No entanto, considerando a necessidade de uma análise mais aprofundada de algumas propostas do projeto, apresento, na condição de Relator, as seguintes emendas:

Emenda de Relator nº 1:

Ficam suprimidos os arts. 3º, 4º, 5º, 6º e 7º, bem como o Anexo II do Projeto de Lei nº 24.496/2022, renumerando-se os demais artigos e passando a ser Anexo Único o atual Anexo I.

Justificativa: como acima afirmado, faz-se necessária uma análise mais aprofundada das alterações no Quadro de Pessoal do MP.

Emenda de Relator nº 2:

A ementa e o art. 2º do Projeto de Lei nº 24.496/2022 passam a ter a seguinte redação:

Ementa: ‘Reajusta os vencimentos, gratificações e proventos dos servidores, as funções de confiança e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia’.

.....

‘Art. 2º - Os proventos e pensões alcançados pela paridade constitucional serão revistos na mesma proporção e condições previstas nesta Lei’.

Justificativa: as alterações propostas destinam-se a adequar a ementa do projeto às modificações decorrentes da emenda nº 1, bem como tornar claro que somente farão jus ao reajuste os proventos e pensões alcançados pela paridade constitucional.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições legais e constitucionais, além de não haver quaisquer restrições quanto ao mérito, opino pela aprovação com as alterações propostas pelas emendas de Relator, cabendo ressaltar que a sua apreciação nesta Sessão é possibilitada em virtude da realização de Acordo de Lideranças entre as Bancadas da Maioria e da Minoria Parlamentar, para dispensa de formalidades regimentais.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2022”.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Para indicar o voto do PSOL, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, nós queremos indicar o voto do PSOL como voto a favor desse projeto, mas sem fazer, sem deixar de fazer a ressalva. É o que foi consubstanciado em nosso discurso anterior, Sr. Presidente. Essa categoria queria saudar a presença das apresentações do Sindicato dos Trabalhadores do Ministério Público do estado da Bahia que, assim como outras categorias ressaltam que as perdas salariais da categoria dos trabalhadores no Ministério Público passam de 50%, beiram os 60%. Então, eu não queria deixar de marcar aqui que a aprovação desse projeto é algo importante. Os 4% são fruto da luta desses trabalhadores, mas que o déficit com relação a essa categoria é enorme. Esta Casa não pode deixar esse dado em branco, o qual precisa ser recuperado pela história para que nós possamos, em um determinado momento da luta política, fazer justiça com essa categoria.

Então, volto a dizer, o nosso voto será um voto a favor do projeto, mas queremos marcar que nós devemos muito, assim como os diversos segmentos do serviço público, à categoria dos servidores do Ministério Público do estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosenberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, chegando ao final dessa ação... Sei que ainda falta um projeto para votar e mais o título. Eu, logo no início, estava um pouco tenso. Quero até pedir desculpa à deputada Fabíola, porque eu fui um pouco duro com ela na chegada. É que na realidade hoje seria o aniversário de minha mãe, 11 de maio. E como ela nos deixou, hoje era um dia assim em que eu estava ainda de coração meio duro. Eu quero pedir desculpas à deputada Fabíola, porque eu sei que eu fui pouquinho duro com ela no início. Era só isso que eu queria deixar registrado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes) Pois não, deputado Rosemberg.

Em votação, no âmbito das comissões, Projeto de Lei nº 24.496/2022, do Ministério Público.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 24.496/2022, do Ministério Público, **em 1ª discussão, por unanimidade.**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 24.496/2022

Reajusta os vencimentos, gratificações e proventos dos servidores, as funções de confiança e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Os vencimentos e gratificações dos servidores, as funções de confiança e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, ficam reajustados em 4% (quatro por cento), a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Anexo I desta Lei.

Parágrafo único - O percentual de reajuste disposto neste artigo será aplicado sobre os valores de vencimentos, gratificações, funções de confiança e cargos em comissão vigentes em dezembro de 2021.

Art. 2º - Os proventos e pensões serão revistos na mesma proporção e condições previstas nesta Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério Público do Estado da Bahia.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2022.

**Deputado Robinsosn Almeida
Relator**

ANEXO ÚNICO

Data de Vigência: 1º de janeiro de 2022

ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/MOTORISTA					
	VENCIMENTO (R\$)				
	CLASSE	40 hs			
	I	2.368,55			
	II	2.605,40			
	III	2.865,96			
	IV	3.152,55			
	V	3.467,79			
GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA					
CLASSE	NÍVEL/VALOR				
	1	2	3		
I	1.047,67	1.257,15	1.508,63		
II	1.810,35	1.991,40	2.190,53		
III	2.628,66	2.891,52	3.180,67		
IV	3.816,83	4.198,49	4.618,33		
V	5.541,99	6.096,19	6.705,82		
ANALISTA TÉCNICO					
	VENCIMENTO (R\$)				
	CLASSE	40 hs			
	I	4.315,37			
	II	4.962,68			
	III	5.707,09			
	IV	6.563,15			
	V	7.547,63			
GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA					
	NÍVEL/VALOR				
CLASSE	1	2	3		
I	1.838,76	2.022,61	2.860,56		
II	3.432,67	3.775,93	4.153,54		
III	4.984,25	5.482,69	6.030,91		
IV	7.237,15	7.960,84	8.756,92		
V	9.632,62	10.595,87	11.655,45		
QUADRO ESPECIAL					
(Cargos a serem extintos à medida que vagarem) (R\$)					
Cargo	A	B	C	D	E
Auxiliar de Serviços Gerais	1.101,39	1.266,59	1.456,57	1.675,08	1.926,33

FUNÇÕES DE CONFIANÇA					
SIMBOLO	NOMENCLATURA			VENCIMENTO (R\$)	
FMP-2	Assistente de Auditoria Interna I			3.886,79	
	Assistente de Gestão I				
	Assistente de Segurança Institucional I				
FMP-1	Assistente de Auditoria Interna II			2.976,66	
	Assistente de Gestão II				
	Assistente de Segurança Institucional II				
Simbolo	Cargo			Vencimento (R\$)	
CMP — 7	Superintendente			8.836,97	
CMP — 6	Assessor de Gabinete			6.959,12	
	Assistente Militar				
	Coordenador Executivo				
	Diretor				
CMP — 5	Ajudante de Ordens			5.061,17	
	Assessor de Comunicação Social I				
	Assessor Jurídico				
	Assessor Técnico Jurídico				
	Assessor Técnico Pericial				
	Assessor Técnico de Inteligência I				
	Coordenador Técnico				
CMP — 4	Assessor de Comunicação Social II			3.886,79	
	Assessor Administrativo				
	Assessor Técnico				
	Assessor Técnico de Inteligência II				
	Coordenador Administrativo I				
	Gerente				
	Gerente Administrativo Regional				
CMP — 3	Coordenador Administrativo II			2.976,66	
	Oficial Administrativo I				
CMP — 2	Coordenador Administrativo III			1.488,09	
	Oficial Administrativo II				
	Assessor Técnico Jurídico de Promotoria				
CMP-1	Oficial Administrativo I			892,84	

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, há um Projeto de Resolução nº 2.925/2020 que estava, devido à pandemia, parado. Por dispensa de formalidades, eu o coloco em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dr.^a FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, com muita honra, a gente relata o Projeto de Resolução nº 2.925/2020, de vossa autoria, que concede o título do cidadão baiano ao Sr. Marcelo Francisco Campos.

(Lê) “Projeto de Resolução nº 2.925/2020

Concede o Título de Cidadão Baiano ao Senhor Marcelo Francisco Campos.

A Assembleia Legislativa resolve:

Art. 1º - Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Baiano a Marcelo Francisco Campos

Art. 2º - O Título será entregue em Sessão Especial da Assembleia Legislativa, em data estabelecida pela Mesa Diretora.

Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2020.

Adolfo Menezes Deputado Estadual

Justificativa

A presente proposição, Projeto de Resolução, pretende conceder o Título de Cidadão Baiano ao Excelentíssimo Senhor Almirante de Esquadra Marcelo Francisco Campos Diretor Geral de Navegação da Marinha Brasileira.

Dono de um vasto Currículo profissional, o Almirante Campos, nasceu em 12 de fevereiro de 1962, na cidade do Rio de Janeiro-RJ. É casado com a Senhora Cristina de Proença Rosa Campos e tem três filhas: Eduarda, Beatriz e Paula. Ingressou na Marinha do Brasil como Aspirante, em 1980. Aperfeiçoado em Comunicações, possui o título de mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e dos vários cursos realizados durante a carreira vale ressaltar a conclusão do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra. Atualmente o Almirante de Esquadra Campos é o Diretor-Geral de Navegação da Marinha do Brasil, entretanto, ao longo da carreira que já dura mais de quarenta anos, comandou importantes Organizações Militares, inclusive na Bahia, a saber: Navio-Varredor Anhatomirim, Estação Rádio da Marinha em Salvador, Comando da Flotilha do Amazonas, Diretoria de Assistência Social da Marinha, Escola Naval, Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha e Comando do 2º Distrito Naval.

Ademais, teve expressiva atuação com Forças Armadas estrangeiras, por ter exercido o Cargo de Oficial Adjunto na Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica na República Popular da China e República da Coreia, bem como pelo exercício dos Cargos de Diretor do Departamento de Promoção Comercial e o de Secretário-Interino de Produtos de Defesa, ambos no Ministério da Defesa.

No desempenho de suas atividades no Comando do 2º Distrito Naval, cabe assinalar que sua atuação possibilitou realizações importantes para a nossa Bahia, dentre as quais destacam-se: A implementação da sinalização de bandeiras nos mastros dos iates clubes, a fim de contribuir para a segurança das embarcações de esporte e recreio;

Intercâmbio de recursos humanos e técnicos, da Marinha com o Senai-Cimatec, para o estabelecimento de um escritório de Ciência, Tecnologia e Inovação nas dependências daquele Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, bem como o desenvolvimento de tecnologias de grande importância para o desenvolvimento de veículos submarinos não tripulados.

Propiciou instrução sobre Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica, por meio do Grupamento de Fuzileiros Navais de Salvador, a fim de padronizar os procedimentos junto aos órgãos da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia;

Implementou a realização de Cerimonial à Bandeira narrado no Farol da Barra e no Comando do 2º Distrito Naval, como atrativo turístico, incentivado pelo Governo do Estado da Bahia;

Participou da criação de um projeto de monitoramento por câmeras da Baía de Todos os Santos, visando à criação do Centro Integrado de Segurança Marítima Regional do Comando do 2º Distrito Naval. Como Autoridade Marítima na área do Com2ºDN, intensificou as ações educativas com relação à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e à prevenção da poluição hídrica.

Ações como patrulhas e inspeções navais, Operação “Verão” e a Campanha “Legal no Mar”, tão importantes para um Estado que possui naturalmente uma vocação marítima, são voltadas para a conscientização dos profissionais aquaviários, proprietários e tripulantes de embarcações e da população em geral, que utiliza o mar como fonte de lazer, meio de transporte ou meio de subsistência.

Portanto, nada mais justo do que conceder ao Almirante de Esquadra Marcelo Francisco Campos, o Título Honorífico de Cidadão Baiano, razão pela qual conclamamos a todos os nossos pares a fazer-lhes justiça, com título tão merecido.”

Por esse motivo, a presente proposição visa aprovar o Título de Cidadão Baiano ao Sr. Marcelo Francisco Campos, Projeto de Resolução n.º 2.925/2020, de autoria do eminente presidente da nossa Assembleia, deputado Adolfo Menezes.

Voto pela aprovação.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em discussão única, por unanimidade, o Projeto de Resolução nº 2.925/2020. (Publicado no DOEL em 10/12/2020)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por último, há aqui o Projeto de Resolução nº 2.995/2022, de autoria do deputado Tiago Correia.

Para relatar também deputada Fabíola. Esse é o último projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur para relatar o projeto.

A Sr.ª Dr.ª FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, passo a relatar o Projeto de Resolução n.º 2.995/2022, que concede o Título de Cidadão Baiano a Luigi Rotunno, empresário e projetista turístico imobiliário, de autoria do eminente deputado Tiago Correia

(Lê) “Projeto de Resolução nº 2.995/2022

Concede o Título de Cidadão Baiano a Luigi Rotunno Empresário e Projetista Turístico Imobiliário.

A Assembleia Legislativa

Resolve:

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Baiano a Luigi Rotunno Empresário e Projetista Turístico Imobiliário.

Art. 2º. O Título será entregue em Sessão Especial da Assembleia Legislativa, em data e horário a ser estabelecidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2022.

Tiago Correia.

Justificativa

Luigi Rotunno é filho de pais italianos, natural de Luxemburgo, formado em Economia em sua cidade natal e cursou a Faculdade de Direito, na Itália. Trabalhou no Banco Geral de Luxemburgo e exerceu a corretagem na Bolsa de Valores daquele País. Iniciou sua trajetória com empreendimentos voltados ao turismo como proprietário de estabelecimentos gastronômicos em Luxemburgo.

Luigi sempre preferiu abordar a vida profissional tocando e materializando seus sonhos. Empresário inquieto desde os 23 anos, nunca teve perfil de se submeter a chefias. Depois de ter viajado por vários países, foi no Brasil que encontrou sua terra e constituiu sua família em um processo de adoção recíproca.

Veio para o Brasil em 2001, onde vem desenvolvendo projetos turísticos e imobiliários. Assumiu a administração do Hotel La Torre (atual Resort La Torre All Inclusive), fundou a Imoplanet Travei, Imoplanet Holing e a AIB (Associação Ítalo Brasileira Anita Garibaldi). Sempre envolvido em questões sociais, culturais e ambientais, foi vice-presidente da ADESM (Associação de Desenvolvimento Econômico e Social do Mutá) e secretário de Turismo de Porto Seguro (BA). Com espírito inovador e paixão pelo conhecimento, Luigi tem fluência nos idiomas: italiano, português, francês, alemão, inglês e espanhol e participa de eventos pelo mundo com o constante olhar para o futuro.

Apaixonado por liderança e sociologia, ele coloca no centro de seu modelo empresarial o ser humano como epicentro de toda reflexão. Apaixonado por tecnologia é no ramo da hospitalidade que exerce sua maior atividade dirigindo o La Torre Resort.

Luigi Rotunno é um líder empreendedor visionário e inovador, sem medo de assumir riscos e apaixonado em criar negócios lucrativos e de constante crescimento na indústria da hospitalidade. Gosta de inspirar seus funcionários e pares a alcançar sempre o máximo desempenho, mobilizando-os para construir empresas social e ambientalmente responsáveis.

Então, mais do que prestar uma homenagem, esta proposição tem o intuito de prestigiar e reconhecer o trabalho de alguém que tem se dedicado e atuado, contribuindo na geração de emprego e renda, como também divulgando o nosso Estado pelo mundo afora, prestando desta forma relevantes serviços à Bahia, ajudando no seu desenvolvimento e na promoção do bem comum.”

É o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, o parecer da nobre deputada Fabíola, no âmbito da Comissão do Constituição e Justiça.

Os Srs. Deputados da comissão que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em discussão única, por unanimidade, o Projeto de Resolução nº 2.995/2022. (Publicado no DOEL em 08/02/2022)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Convoco uma sessão extraordinária 1 minuto após o encerramento desta para votação, em segundo turno, dos projetos de lei do Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, TJ e Ministério Público.

Declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) Srs.(as) Deputados(as): Antônio Henrique Júnior, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Fátima Nunes Lula, Júnior Muniz, Roberto Carlos e Robinho.(07)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.